

Sumário

Número de notícias: 35 | Número de veículos: 27

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal bateu recorde em janeiro, aponta a RFB..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Medidas levam à arrecadação recorde..... 6

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal atinge recorde histórico..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Com medidas arrecadatórias, receita do governo bate recorde em janeiro..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bom resultado do emprego também ajudou na arrecadação, diz Receita..... 11

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal em janeiro é a maior da história..... 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação recorde..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação recorde pode trazer alívio em debate de meta fiscal..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IFI eleva projeção para alta do PIB..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Compensações tributárias batem recorde em 2023 e reduzem arrecadação federal em R\$ 242 bilhões..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Petrobras discute com Receita uso de créditos de R\$ 22,8 bi..... 21

A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto de Renda: Receita Federal abre nesta quinta-feira consultas a lote residual de restituições..... 22

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal tem alta real de 6,67%..... 23

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desoneração da folha de pagamento segue	24
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Declaração Anual do MEI	25
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Operação Retificadora	26
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Receita de PIS/ Cofins tem alta de 14,3%	27
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Governo estuda antecipar 13º	28
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
INSS convoca aprovados	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL	
Tebet apresenta cronograma de revisão de gastos	30
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS ECONOMIA	
Governo vai antecipar R\$ 30 bi em precatórios	31
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	
Justiça libera R\$ 21,4 bi para pagamento de precatórios	32
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Governo antecipa para este mês pagamento de R\$ 30,1 bi em precatórios	34
GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Justiça libera R\$ 21,4 bi para pagar precatórios do INSS e outros órgãos	36
O LIBERAL - BELÉM - PA - BARCARENA SEGURIDADE SOCIAL	
Previdência muda aposentadoria especial na saúde	37
AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6	38
G1 - NACIONAL - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
CGU vê consignados do INSS com taxas acima do teto, problemas de transparência e falhas de controle	39
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL	
Pedidos de auxílio-doença por alcoolismo crescem 19% no Brasil	41
PORTAL UOL SEGURIDADE SOCIAL	
Juiz usa nova lei e ordena INSS a pagar pensão a menor órfã por feminicídio	43

Sexta-Feira, 23 de Fevereiro de 2024

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária beneficiará o DF 44

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita foi recorde, meta segue em risco - MAIS ECONOMIA 45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado deve reagir bem à meta zero, diz Galípolo 47

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Médio prazo da regra fiscal preocupa mais que meta do ano, afirma Hartung 48

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Na bolsa, surpresas com lucros pesam mais que ajuste do Fed" 52

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Brasil está em trajetória muito boa e pode surpreender" 54

Arrecadação federal bateu recorde em janeiro, aponta a RFB

Brasília - A arrecadação da União com **impostos** e outras receitas teve leve alta, alcançando R\$ 280,63 bilhões em janeiro, segundo dados divulgados ontem pela **Receita Federal do Brasil** (RFB). O resultado representa aumento real de 6,67%, ou seja, descontada a **inflação**, em valores corrigidos pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em comparação com janeiro de 2023. É o maior valor para meses de janeiro desde 1995, início da série histórica.

Quanto às receitas administradas pelo órgão, o valor arrecadado no mês passado ficou em R\$ 262,87 bilhões, representando acréscimo real de 7,07%.

Os resultados foram influenciados positivamente por alterações na legislação e por pagamentos atípicos tanto em 2023 quanto em 2024, especialmente do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. Segundo a Receita, ambos são importantes indicadores da atividade econômica, sobretudo, do setor produtivo.

As desonerações concedidas no Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/Cofins) sobre combustíveis também impactaram no resultado, nesse caso, para baixo.

Os resultados foram influenciados positivamente por alterações na legislação e por pagamentos atípicos tanto em 2023 quanto em 2024

Lucro das empresas - A arrecadação do IRPJ e da CSLL somou R\$ 91,7 bilhões em janeiro, com aumento real de 1,24% sobre o mesmo mês de 2023. O resultado é explicado pelos aumentos reais de 11,14% na arrecadação da declaração de ajuste, a qual se refere a fatos geradores ocorridos ao longo do ano de 2023, principalmente das empresas financeiras; e de 4,92% na arrecadação do lucro presumido, conjugado à queda de 3,42% na arrecadação da estimativa mensal.

Na apuração por estimativa mensal, o lucro real é apurado anualmente, sendo que a empresa está obrigada a recolher mensalmente o imposto, calculado sobre uma base estimada.

"Além disso, houve pagamentos atípicos de R\$ 4 bilhões, decorrentes dos resultados apresentados por várias empresas, principalmente as financeiras, ao passo que foram registrados 3 bilhões em janeiro de 2023", informou o órgão.

Em **comunicado**, a Receita informou que a arrecadação significativa do setor bancário explica, em parte, a assimetria entre IRPJ e CSLL, já que esse setor possui alíquotas de CSLL mais elevadas que os demais setores. Além disso, o desempenho pode ser explicado pela agilidade em que a apuração anual é feita pelos bancos; então, "provavelmente", a arrecadação corresponde ao ajuste anual e não apenas à estimativa. A consolidação dos dados deve ocorrer nos próximos meses.

Outros setores que mais contribuíram para aumento na arrecadação de janeiro foram as atividades auxiliares ao setor financeiro, seguros e **previdência complementar**, comércio atacadista e fabricação de veículos automotores.

Fundos exclusivos - Contribuindo para melhorar a arrecadação, em janeiro, houve recolhimento extra de R\$ 4,1 bilhões do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - Rendimentos de Capital, referente à tributação de fundos exclusivos, o que não ocorreu no mesmo mês de 2023. A lei que muda o Imposto de Renda que incide sobre fundos de investimentos fechados e sobre a renda obtida no exterior por meio de offshores foi sancionada em dezembro do ano passado.

Com isso, o IRRF- Rendimento de Capital teve arrecadação total de R\$ 14.104 milhões, acréscimo real de 24,41% em relação a janeiro de 2023. A arrecadação sobre a renda de offshores não foi contabilizada pela Receita, já que ainda há prazo para a regularização dos contribuintes.

Por outro lado, também houve desonerações tributárias. Apenas em janeiro, a redução de alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis resultou em uma desoneração de R\$ 2 bilhões; em janeiro de 2023 havia sido de R\$ 3,75 bilhões.

"Sem considerar os fatores não recorrentes, haveria um crescimento real de 4,27% na arrecadação do mês de janeiro de 2024", informou o órgão.

(ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impressa/>

Medidas levam à arrecadação recorde

»»**Rafaela Gonçalves**

A arrecadação federal de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 280,64 bilhões em janeiro.

O valor é recorde da série histórica, uma alta real de 6,67% em relação ao mesmo mês de 2023.

Segundo os dados divulgados pela **Receita Federal**, esse é o maior valor para todos os meses da série histórica, descontada a **inflação**.

Os números eram bastante aguardados por conta da expectativa quanto à capacidade efetiva das medidas de arrecadação implementadas pelo governo federal durante o ano passado resultarem em elevação das receitas.

Essas medidas são a principal aposta do Executivo para melhorar o resultado primário neste ano e perseguir a meta de déficit fiscal zero neste ano.

Contribuiu consideravelmente para o recorde, a tributação de fundos exclusivos - uma das medidas arrecadatórias aprovadas no ano passado - que rendeu R\$ 4,1 bilhões aos cofres do governo em janeiro.

Outro fator que engordou a arrecadação em janeiro foi a retomada da tributação integral sobre os combustíveis. Outro ganho se deve às receitas previdenciárias, que subiram 7,58%.

A alta é explicada pela melhoria no mercado de trabalho, com ganhos de 2,55% da massa salarial.

O limite colocado às compensações de créditos tributários, outra medida aprovada pelo governo no ano passado, também colaborou para a melhor performance da arrecadação.

Também houve alta no pagamento de **impostos** incidentes sobre a rentabilidade de empresas, especialmente por instituições financeiras.

A arrecadação foi consideravelmente maior que as expectativas coletadas no início de janeiro pelo Prisma Fiscal, publicado pela Secretaria de Política Econômica (SPE), que projetava R\$ 262,8 bilhões. "Parte dos ganhos de receita observados em janeiro, no entanto, é transitória", destacou Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

"A taxação de fundos exclusivos rendeu R\$ 4,1 bilhões decorrentes da incidência de **tributos** sobre estoque, sendo já a segunda de quatro parcelas pagas. Essa fonte de arrecadação, em consequência, deve esgotar seus efeitos em março", afirmou.

Ao detalhar os números, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, disse que parte do crescimento da arrecadação em janeiro é estrutural, mas que é preciso ainda aguardar a finalização do trimestre por conta de ajustes, especialmente na tributação de empresas. "Foi contabilizado agora somente a taxação dos fundos exclusivos, ainda veremos entrar as receitas dos offshores. Há um prazo para aderirem à regulação, então temos que esperar o próximo mês para contabilizar os contribuintes que já regularizaram sua situação. Por enquanto, ainda está dentro do prazo", mencionou.

A arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que, em conjunto, cresceram 1,24%, contou com recolhimentos atípicos da ordem de R\$ 4 bilhões no mês de janeiro, frente a R\$ 3 bilhões no mesmo mês do ano passado.

O economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados, ponderou que ainda é muito cedo para saber se o bom comportamento da receita em janeiro irá perdurar ao longo de todo o ano. "Tivemos um déficit primário muito elevado em 2023, mesmo que excluindo fatores atípicos como o pagamento de precatórios. Além do mais, 2024 também é um ano eleitoral e, como todo ano eleitoral, haverá pressão por maiores gastos.

Vale ver a pressão do próprio Congresso Nacional para recompor o orçamento para emendas parlamentares, como as de comissões", avaliou.

Viana alertou ainda que é necessário estar atento à nova queda de braço entre a equipe econômica e o Legislativo para garantir essa arrecadação, como a MP 1.202, de dezembro de 2023, relativa à desoneração da folha de pagamentos; o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a limitação de compensações de Créditos Decorrentes de Decisões Judiciais. "Esse é, sem dúvida, o novo foco de arrecadação do governo.irá exigir muita negociação com o Congresso para viabilizar uma solução em que seja possível, politicamente, a aprovação", acrescentou o

economista.

No início de fevereiro, em entrevista coletiva, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, já havia antecipado que o resultado da arrecadação de janeiro seria "muito bom" e se disse feliz pelos super ricos estarem pagando o Imposto de Renda.

"É uma alegria muito grande a gente ver que finalmente alguns contribuintes estão tendo essa oportunidade de contribuir com o Estado brasileiro pagando Imposto de Renda", disse Barreirinhas à época.

Arrecadação federal atinge recorde histórico

Brasília - A arrecadação federal de **impostos** e contribuições somou R\$ 280,64 bilhões em janeiro. O valor é recorde da série histórica - iniciada em 1995 -, uma alta real de 6,67% em relação ao mesmo mês de 2023. Segundo os dados divulgados ontem pela **Receita Federal**, trata-se do maior valor para todos os meses da série histórica, descontada a **inflação**. O desempenho do mês passado, de acordo com o Fisco, foi explicado pelo comportamento dos principais indicadores econômicos, que afetam a arrecadação, com destaque para a ampliação da massa salarial e do valor das importações.

Contribuiu para o recorde a tributação de fundos exclusivos, que rendeu R\$ 4,1 bilhões aos cofres do governo em janeiro. O desempenho se deve à medida, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Executivo em dezembro, que impôs a taxação de fundos exclusivos e offshores, investimentos alocados no exterior. Outro fator que contribuiu positivamente para o dado do mês foi a retomada da tributação integral sobre os combustíveis. Também houve alta no pagamento de **impostos** incidentes sobre a rentabilidade de empresas, especialmente por instituições financeiras.

Outro destaque da arrecadação de janeiro foi PIS/Pasep e a Cofins que apresentaram, no conjunto, uma arrecadação de R\$ 44 bilhões no mês passado, representando crescimento real de 14,37%. Esse desempenho é explicado pelo bom resultado do setor financeiro e por alterações na legislação do PIS/Cofins, com destaque para a retomada parcial da tributação do setor de combustíveis, cuja base se encontrava desonerada. A Receita Previdenciária teve aumento real de 7,58%, chegando a R\$ 53,9 bilhões. Esse resultado é explicado pelo crescimento real de 2,55% da massa salarial.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Com medidas arrecadatórias, receita do governo bate recorde em janeiro

MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA BRASÍLIA

A arrecadação do governo federal cresceu 6,67%, já descontada a **inflação**, e foi recorde em janeiro. O resultado já reflete parte do efeito das medidas arrecadatórias propostas pelo Ministério da Fazenda e aprovadas pelo Congresso ao longo do segundo semestre de 2023.

O movimento pode ajudar o governo a reduzir a necessidade de bloqueio de despesas para o cumprimento da meta de déficit zero em 2024, mas os números ainda estão sendo refinados pela equipe econômica.

Foram R\$ 280,6 bilhões recolhidos em **tributos** no primeiro mês do ano, o maior valor da série histórica iniciada em 1995. A alta representa uma reversão na tendência de arrefecimento da arrecadação que vinha sendo observada até novembro.

Isso porque, em dezembro, o governo já começou a recolher **impostos** sobre os fundos dos mais ricos.

Esse movimento se repetiu em janeiro, quando houve o recolhimento de R\$ 4,1 bilhões sobre esses fundos, referentes à segunda parcela do pagamento de regularização dos ativos. Tratase, porém, de um efeito não recorrente, em razão do incentivo dado para essa regularização.

Já em relação aos fundos offshore (no exterior), que também passaram a ser taxados, os técnicos do Fisco explicaram que o prazo para início do recolhimento é mais longo e que, por isso, os efeitos começarão a aparecer nos próximos meses.

Além da taxação desses fundos, o governo aprovou a tributação dos sites de apostas online e das empresas que usufruem de benefícios tributários nos Estados por meio de subvenções.

As duas medidas, no entanto, ainda não começaram a vigorar, à espera da regulamentação da **Receita Federal**.

Questionados se o resultado de janeiro é compatível com a projeção de R\$ 168,5 bilhões de receitas extras em 2024, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), os técnicos da Receita disseram que o

mês "veio bem", mas "na forma de **tributos** e com explicações diferentes" do que se esperava.

"No caso dos fundos exclusivos, por exemplo, a gente não estava colocando nenhum valor no mês de janeiro", disse o coordenador de Previsão e Análise da **Receita Federal**, Marcelo Gomide. Ou seja, segundo ele, houve um deslocamento temporal dessa arrecadação.

Pela nova lei, os fundos exclusivos passaram a ser taxados semestralmente, no sistema chamado de come-cotas. A alíquota é de 20% para os de curto prazo, e de 15% nos de longo. A legislação, porém, concedeu um benefício para quem recolhesse o tributo de forma antecipada: uma alíquota de 8% sobre os rendimentos acumulados até 2023, com a primeira parcela sendo paga em dezembro.

"O mundo mudou bastante em relação ao próprio Orçamento.

Posso dizer que a arrecadação de janeiro veio bem, mas quão bem, eu não sei dizer", ponderou Gomide, deixando claro que os números apresentados ontem em relação às medidas arrecadatórias ainda são preliminares. A equipe econômica, segundo ele, precisará de mais subsídios para saber o real efeito das leis aprovadas no ano passado.

O desafio do Fisco, portanto, será reestimar o potencial arrecadatório de todas as medidas aprovadas pelo Congresso, bem como o prazo em que começarão a surtir efeito. Isso será fundamental para embasar a primeira revisão orçamentária do governo, prevista para o fim de março.

Na ocasião, o governo terá de reavaliar receitas e despesas, bem como os novos parâmetros macroeconômicos, e concluir se conseguirá ou não cumprir a meta de déficit zero em 2024. E se, para isso, será necessário bloquear temporariamente gastos de ministérios - medida impopular do ponto de vista político, sobretudo em ano de eleição municipal.

COMBUSTÍVEIS E BANCOS. O Fisco também registrou incremento de arrecadação com a redução da renúncia do PIS/Cofins sobre os combustíveis e gás de cozinha. Além disso, o pagamento de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e CSLL registrou um

incremento atípico de R\$ 4 bilhões em janeiro, puxado pelo ajuste dos balanços das empresas que recolhem **impostos** pelo lucro real, sobretudo das instituições financeiras.

Essas empresas tiveram um incremento de 33,74% no recolhimento de **tributos** no primeiro mês do ano, o melhor desempenho entre as atividades monitoradas pela Receita.

Segundo Gomide, o resultado positivo apareceu tanto no recolhimento de PIS/Cofins quanto no de IRPJ. "A maior parte do crescimento do recolhimento do IRPJ e da CSLL se deve ao comportamento das declarações de ajuste. E, nas declarações de ajuste, o componente mais importante está associado a receitas apuradas pelas entidades financeiras."

"Posso dizer que a arrecadação de janeiro veio bem, mas quão bem, eu não sei dizer"

"A maior parte do crescimento do recolhimento do IRPJ e da CSLL se deve ao comportamento das declarações de ajuste" Marcelo Gomide Coordenador de Previsão e Análise da **Receita Federal**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Bom resultado do emprego também ajudou na arrecadação, diz Receita

MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA BRASÍLIA

Em sua análise sobre o desempenho da arrecadação do governo federal em janeiro, a **Receita Federal** afirmou que o resultado se deveu também ao bom comportamento de indicadores macroeconômicos, notadamente a ampliação do emprego com carteira assinada, o que melhora a arrecadação dos **impostos** sobre a folha de salários e que financiam a **Previdência Social**.

No primeiro mês de 2024, o Fisco voltou a registrar também um volume elevado de compensações tributárias - mecanismo por meio do qual as empresas abatem do valor devido à **Receita Federal** quantias a receber obtidas por vitórias na Justiça ou decorrentes de benefícios fiscais.

As compensações tributárias somaram R\$ 27,049 bilhões em janeiro. No mesmo mês do ano passado, o valor havia sido de R\$ 27,468 bilhões.

Trata-se de um padrão na arrecadação federal, com valores altos de compensações no início de cada semestre, quando as empresas recolhem o Imposto de Renda.

REONERAÇÃO. No final de 2023, o governo baixou medida provisória (MP) limitando essas compensações de contribuintes com dívidas superiores a R\$ 10 milhões, com o argumento de que esses descontos estavam dificultando o planejamento da arrecadação tributária.

A iniciativa é parte da MP que provocou controvérsia ao restabelecer a reoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia.

Pelo acordo político que se desenha entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a parte da reoneração será retirada da MP para tramitar por meio de um projeto de lei. Já as compensações e a extinção do benefício ao setor de eventos (Perse) deverão prosseguir numa nova MP.

O acordo foi costurado depois de forte pressão das bancadas temáticas e dos 17 setores que são beneficiados pela desoneração da folha de salários, criada no governo da ex-presidente Dilma Rousseff

(PT) (mais informações sobre a reoneração da folha de pagamentos na pág. B4).

Já a desoneração da folha de pagamento resultou em uma renúncia de R\$ 700 milhões em janeiro. No total, o governo estima que a medida custe R\$ 12 bilhões em um ano.

COMPENSAÇÕES. Segundo Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários da **Receita Federal**, os contribuintes podem fazer compensações de outros direitos creditórios, além dos judiciais, e isso pode ter tido impacto no resultado de janeiro, uma vez que há um acúmulo desses direitos ao longo do ano anterior.

"Olhando simplesmente os números, a gente não vê uma alteração significativa", admitiu Malaquias. "Mas não significa que ela (a MP) não terá efeito, mas que precisamos de mais informações para quando formos quantificar a utilização desses direitos creditórios, se elas (as empresas) efetivamente limitaram."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Arrecadação federal em janeiro é a maior da história

AGÊNCIA BRASIL

A arrecadação do governo federal teve alta real de 6,67% em janeiro sobre o mesmo mês do ano anterior e atingiu R\$ 280,63 bilhões, informou a **Receita Federal** nesta quinta-feira (22).

O resultado inclui ganhos atípicos gerados pela taxaço de fundos de investimentos operados por brasileiros de alta renda.

O número de janeiro representa o melhor resultado já registrado para todos os meses da série histórica da **Receita Federal**, iniciada em 1995.

O desempenho do mês passado foi explicado, segundo os dados do fisco, pelo comportamento dos principais indicadores econômicos que afetam a arrecadação, com destaque para a ampliação da massa salarial e do valor das importações.

Segundo a Receita, houve crescimento na arrecadação de Imposto de Renda sobre rendimento de capital por conta da nova lei que mudou a taxaço de fundos exclusivos e offshore (os paraísos fiscais), permitindo pagamento antecipado por parte dos investidores. Somente esse fator rendeu R\$ 4,1 bilhões aos cofres do governo no mês.

Na quarta-feira (21), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já havia antecipado que o dado da arrecadação no mês seria positivo, ressaltando o impacto do ganho extraordinário gerado pelo pagamento dos **tributos** desses fundos, em sua maioria usados por contribuintes de alta renda.

Outro fator que contribuiu positivamente para o dado do mês foi uma melhora na arrecadação de PIS/Cofins em razão da reoneração de combustíveis. Também houve alta no pagamento de **impostos** incidentes sobre a rentabilidade de empresas. Em janeiro, os recursos administrados pela Receita, que englobam a coleta de **impostos** de competência da União, tiveram alta real de 7,07% sobre o mesmo mês do ano passado, a R\$ 262,87 bilhões.

Arrecadação recorde

ALVARO GRIBEL alvaro.gnbel@oglobo.com.br
BRASILIA (Ana Carolina Diniz)

A arrecadação do governo federal bateu recorde em janeiro, em uma combinação de receitas atípicas, medidas encaminhadas pelo Ministério da Fazenda e um mercado de trabalho e uma economia aquecidos. O crescimento real, já descontada a **inflação**, foi de 6,6% sobre o mesmo mês de 2023, totalizando R\$ 280 bilhões, o maior resultado para janeiro desde 1995, quando teve início a série histórica.

O aumento de receitas vem no momento em que a Fazenda tenta evitar bloqueios no Orçamento deste ano, o que será analisado no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, no mês de março. Com a arrecadação mais forte no início do ano, diminuem as chances de o documento apontar desequilíbrio na execução orçamentária na busca pela meta de déficit zero. Caso isso aconteça, o Ministério do Planejamento terá que impor medidas de contingenciamento, que poderão atingir vários ministérios.

A Fazenda tenta impedir esses bloqueios orçamentários, para evitar também que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determine uma mudança na meta deste ano.

Lula tem sido pressionado por ministros, como o chefe da Casa Civil, Rui Costa, e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, sob a alegação de que os contingenciamentos podem atingir recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e provocar uma desaceleração da economia em ano de eleições municipais.

HADDAD GANHA FÔLEGO

O aumento da arrecadação é também um dos pilares do arcabouço fiscal, que depende da expansão de receitas. Mas analistas ressaltam que algumas receitas atípicas registradas em janeiro podem não se repetir por muito tempo.

Embora o mercado financeiro não aposte no déficit zero este ano -as projeções apontam um rombo em torno de 0,8% do **PIB** -, há o entendimento de que é preciso manter a meta, para que medidas automáticas de ajuste, previstas no arcabouço fiscal, sejam disparadas no ano que vem.

Na visão de Gabriel de Bar- dança na meta e sobre

bloqueios de despesas deve ser deslocado para o segundo semestre. Isso é importante para que o ministro Haddad tenha mais fôlego para negociar novas medidas com o Congresso. Ele fica menos pressionado -afirmou Barros.

Em janeiro, a alta da arrecadação foi resultado de uma combinação de fatores. Entre as medidas consideradas atípicas pela **Receita Federal**, estão os ganhos com a tributação, economista da Ryo Asset e especialista em contas públicas, os dados de janeiro indicam que a estratégia da Fazenda está dando resultado. Ele entende que o debate sobre os bloqueios será adiado de março para os relatórios do segundo semestre. Com isso, o ministro Fernando Haddad ganhará mais tempo.

-A arrecadação surpreendeu, e como a tendência deve se manter em fevereiro, o debate sobre uma possível mudança dos chamados fundos exclusivos (voltados para a alta renda), que refletem uma das medidas encaminhadas pela Fazenda e aprovadas pelo Congresso. Cerca de R\$ 4,1 bilhões foram pagos por contribuintes que tinham lucros acumulados nesses fundos e foram tributados.

Segundo o coordenador do Centro de Estudos Tributários na **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, esse montante representa a segunda de quatro parcelas que o órgão espera receber com a tributação dos fundos exclusivos: -Tivemos o pagamento de uma parcela em dezembro, uma agora em janeiro, e ainda teremos mais duas. Além disso, ainda haverá a tributação come-cotas, que acontecerá semestralmente.

Outra medida determinada pelo governo e que começou a dar resultado foi a reoneração dos combustíveis, que foram zerados durante o ano eleitoral de 2022 pelo então presidente Jair Bolsonaro. Com a volta das alíquotas de PIS e Cofins sobre a gasolina, a Receita estimou ganhos de R\$ 1,75 bilhão com esses **tributos** em janeiro. O número deve crescer em fevereiro, quando começará a entrar no caixa do governo a volta dos **impostos** sobre o óleo diesel.

A Receita também considera como arrecadação atípica os pagamentos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ambos por empresas, como forma de ajuste para quem está no regime do lucro real. Malaquias calcula que R\$ 5 bilhões entraram nos

cofes a partir desse ajuste. Isso ajudou a impulsionar a arrecadação vinda de empresas financeiras, que cresceu 33,74% no mês, ou R\$ 9,78 bilhões em relação a janeiro de 2023.

AVANÇO DA ATIVIDADE

Outro fator foi o crescimento da atividade econômica. O mercado de trabalho mais aquecido, por exemplo, e o aumento do número de ocupados com carteira assinada ajudaram no crescimento de 2,55% da massa salarial. Isso fez a arrecadação previdenciária subir 7,58%, em relação a janeiro de 2023, e atingir R\$ 53,9 bilhões. Pelo mesmo motivo, o Imposto de Renda retido na fonte em rendimentos do trabalho também saltou 8,74%.

Segundo o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, os números vieram acima do que o mercado financeiro projetava no boletim Prisma Fiscal (R\$ 275 bilhões), mas abaixo do que ele previa, R\$ 285 bilhões. Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, diz que as principais medidas enviadas pela Fazenda começarão a fazer mais efeito nos dados de fevereiro. Portanto, ainda é preciso esperar para ver a eficácia desses projetos. Ele cita, por exemplo, as mudanças no voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. "O verdadeiro desafio da Receita para atingir a meta de déficit zero ainda está por vir", afirmou em relatório a clientes.

O economista-chefe da Genial Investimentos, José Márcio Camargo, diz que o resultado foi bom, mas é preciso esperar mais tempo para se entender com clareza os rumos da arrecadação: - Foi um bom resultado. Uma parte parece estrutural, mas a maior parte parece de receitas não recorrentes. E preciso esperar um pouco mais para se ter mais certeza.

Em 2023, as receitas do governo federal corresponderam a 17,5% do **PIB**. Para 2024, o Orçamento prevê arrecadação de 19,2% do **PIB**, o que significa que o governo terá que fazer um esforço de quase R\$ 200 bilhões para atingir a meta.

Mercado projeta **PIB** de 1,68%

O mercado financeiro reduziu a projeção de **inflação** deste ano e elevou a expectativa de crescimento, de acordo como Boletim Focus, do Banco Central, como mostrou oblog da colunista de Míriam Leitão. Divulgado sempre às segundas-feiras, o **comunicado** saiu ontem por conta da paralisação dos servidores do banco.

A expectativa de crescimento da economia deste ano foi elevada de 1,60% da semana passada para 1,68%.

Para 2025 e 2026, as medianas das expectativas para a expansão do **PIB** permaneceu em 2%.

Já a mediana das projeções dos economistas do mercado para a **inflação** neste ano caiu de 3,82% para 3,81%. Para 2025, a expectativa para o IPCA também teve modesto ajuste, mas para cima de 3,51% para 3,52%.

Outra estimativa que teve ligeiro reajuste diz respeito ao dólar. A previsão do mercado passou de R\$4,92 na semana passada para R\$4.93 agora. A expectativa para 2025 se manteve em R\$5.

FATORES QUE EXPLICAM A ALTA

1 Fundos exclusivos rendem R\$4,1 bilhões

Entre as medidas consideradas atípicas pela **Receita Federal**, estão os ganhos com a tributação dos chamados fundos exclusivos (voltados para a alta renda). Cerca de R\$ 4,1 bilhões foram pagos por contribuintes que tinham lucros acumulados nesses fundos e foram tributados. A medida foi encaminhada pela Fazenda e aprovada no ano passado pelo Congresso.

2 Reoneração dos combustíveis aumenta PIS/Cofins

A arrecadação de PIS e Cofins subiu 14,37%, em termos reais, indo a R\$ 44,93 bilhões. Segundo a Receita, o aumento da tributação dos combustíveis, que haviam sido desonerados no último ano do governo Bolsonaro, ajudou no resultado em R\$ 1,75 bilhão. A expectativa é de um novo aumento da arrecadação quando entrarem no caixa os **tributos** sobre o diesel, a partir de fevereiro.

3 Mercado de trabalho aquecido ajuda receita da Previdência

O bom momento do mercado de trabalho, com aumento da população ocupada e com carteira assinada, resultou em ganhos de 2,55% na massa salarial em janeiro. Com isso, as receitas previdenciárias saltaram 7,58%, para R\$ 53,9 bilhões.

O Imposto de Renda retido da fonte com rendimentos do trabalho também aumentou, pelo mesmo motivo. 8,74%.

4 Setor financeiro antecipa ajuste do lucro real

Pagamentos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ambos por empresas, como forma de ajuste para quem está no regime do lucro real renderam R\$ 5 bilhões. Isso ajudou a impulsionar a arrecadação vinda

de empresas financeiras, que cresceu 33,74% no mês, ou R\$ 9,78 bilhões, em relação a janeiro de 2023.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Arrecadação recorde pode trazer alívio em debate de meta fiscal

Guilherme Pimenta

A arrecadação federal de **impostos** alcançou R\$ 280 bilhões em janeiro e registrou alta real de 6,6% em relação ao mesmo mês de 2023. O resultado foi o melhor para todos os meses da série histórica iniciada em 1995, e não apenas para os meses de janeiro, e foi impulsionado pela tributação dos chamados super-ricos e pelo aumento da massa salarial.

A tributação dos fundos exclusivos somou R\$ 4,1 bilhões em janeiro, segundo a Receita. A medida foi aprovada pelo Congresso no ano passado e é uma das apostas do governo para elevar a arrecadação e zerar o déficit em 2024.

Houve também o ingresso de R\$ 4 bilhões decorrente dos ajustes das declarações de Imposto sobre a Renda das Pessoas jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) das empresas, que vão ocorrer até março-geralmente, o ingresso dessa receita decorrente do ajuste é concentrada em janeiro. Sem correção inflacionária, a arrecadação mostrou alta de 11,48% no último mês.

Segundo especialistas, o resultado de janeiro pode trazer um alívio para o Ministério da Fazenda em relação ao debate sobre o cumprimento da meta de déficit zero e uma eventual necessidade de contingenciamento, pelo menos neste primeiro semestre. Por outro lado, eles ponderam que é necessário observar se o aumento é recorrente para produzir efeitos positivos nos próximos meses.

"Uma parte [da arrecadação] é estrutural. Outra parte, precisamos aguardar o fim trimestre por causa do ajuste [nas declarações das empresas]", considerou Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários da **Receita Federal**. O fisco estima que, caso os fatores não recorrentes fossem excluídos, o crescimento real da arrecadação teria sido de 4,27%.

Outro fator que explica o recorde nas receitas da União é o desempenho da atividade econômica. A massa salarial, por exemplo, representou um crescimento de 7,2% em dezembro, o que explica receitas previdenciárias terem avançado 7% em termos reais, bem como a alta do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de rendimentos do trabalho, que cresceu 8,7%.

Segundo Malaquias, embora a tributação de combustíveis tenha crescido com o ingresso de PIS e Cofins, a desoneração dos combustíveis gerou perda de R\$ 2 bilhões em janeiro. Desde o início deste ano, a reoneração é completa, o que vai influenciar positivamente a arrecadação de fevereiro (com divulgação em março).

O coordenador da Receita ainda disse que o ingresso de valores decorrentes da tributação dos fundos offshores ainda será apurado, bem como o pagamento de **impostos** relacionados à despesa de R\$ 93 bilhões em precatórios, autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no fim de 2023.

Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, avaliou que o resultado recorde da arrecadação "deve trazer alívio para a Fazenda em relação ao debate sobre o cumprimento da meta e a necessidade de contingenciamento, pelo menos neste primeiro semestre". Em março e em maio, o governo divulgará seus dois primeiros relatórios de estimativas das receitas e das despesas, indicando se será necessário contingenciar verbas do governo para cumprir a meta fiscal.

Ela também analisou que parte da melhora é advinda de resultado da atividade crescendo, com o desempenho recente mais positivo da indústria, e ainda do mercado de trabalho robusto. "Mas o bom número de janeiro contou também com a receita não recorrente de IR das medidas aprovadas no ano passado", ponderou.

Ela reconheceu que o déficit em 2024 pode ser menor que o esperado, dependendo de como ficar a evolução das despesas, que ainda estão subestimadas no Orçamento e aguardam as revisões que seriam propostas pelo Ministério do Planejamento, como o "pente-fino" no **INSS**. Ainda assim, disse, "ficam problemas para 2025, considerando o resultado não recorrente que tem impacto positivo esse ano". Para o próximo ano, o plano do governo é atingir um superávit de 0,5% do **PIB**. "Podemos esperar que o governo continue correndo atrás de medidas de aumento de arrecadação para os próximos anos." Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), aferiu que o resultado foi bom, mas falou que alguns fatores já eram esperados. "O que temos de olhar é se esse

aumento de arrecadação é suficiente para cobrir os gastos primários e chegar no déficit zero. Somente com o dado de janeiro, é difícil avaliar, pois as despesas estão com um crescimento maior que as receitas", alertou a economista. "Se continuar neste ritmo, é possível que haja reversão e o primário piore." Por outro lado, disse, há algumas medidas de ganho de receitas, eventual contingenciamento de despesas que podem contribuir positivamente para o resultado. "A IFI projeta déficit de 0,9% do **PIB**, que considera certa frustração nas receitas adicionais do governo e também um **PIB** menor em relação ao projetado pelo governo. Mas, havendo sucesso nas medidas adicionais de receita, é possível que a meta seja alcançada, sim."

Analistas dizem que é necessário observar se o aumento é recorrente

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20240222/>

IFI eleva projeção para alta do PIB

Gabriela Pereira De Brasília

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado Federal, elevou sua projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) para este ano para 1,6%, ante estimativa de 1,2% divulgada em janeiro. O novo cálculo consta da edição de fevereiro do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), divulgado nesta quinta-feira, 22.

Segundo a IFI, a melhora na expectativa para a atividade econômica está relacionada ao efeito do pagamento de precatórios no fim do ano passado sobre a renda e à melhora no cenário externo. Ao mesmo tempo, a instituição ainda vê incertezas relacionadas a pontos como o quadro fiscal e conflitos pelo mundo.

"O RAF identifica ainda incertezas relativas às fragilidades fiscais, ao excessivo endividamento das famílias, às eleições americanas e aos conflitos armados em curso. Em contrapartida, verifica a possibilidade de ampliação dos investimentos a partir da queda da taxa básica de juros, do aumento da confiança nos resultados da política econômica e da expansão do crédito via BNDES", diz o relatório.

Sobre as perspectivas para a área fiscal no país, a IFI estima que as medidas para elevar a receita neste ano devem resultar em arrecadação extra de R\$ 130,4 bilhões. A projeção está abaixo dos R\$ 274,7 bilhões esperados pelo governo.

Apesar da arrecadação dos **tributos** dos fundos de investimento exclusivos, a IFI afirmou que é "conservadora na estimativa de arrecadação sobre subvenções econômicas e nos resultados das ações no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**".

Assim, o órgão estima que o país encerrará o ano com déficit primário de 0,9% do **PIB**. Ou seja, de acordo com o relatório, o governo não deve alcançar a meta de déficit zero fixada pela Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2024. Sobre a dívida bruta do governo federal, a IFI estima que chegue a 77,7% do **PIB** em 2024 e 80,2% em 2025.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20240222/>

Compensações tributárias batem recorde em 2023 e reduzem arrecadação federal em R\$ 242 bilhões

Guilherme Pimenta, Marcela Villar e Beatriz Olivon De Brasília e São Paulo

As compensações tributárias apresentaram aumento expressivo no primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e reduziram a arrecadação da União no ano passado em R\$ 242 bilhões, o equivalente a 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB). O número é recorde e representa uma alta superior a 130% em comparação a 2019, início de uma escalada verificada pela **Receita Federal**, segundo dados obtidos por meio da **Lei de Acesso à Informação (LAI)** pelo Valor.

Desde maio de 2003, começo da série histórica, o governo federal deixou de arrecadar R\$ 1,6 trilhão com compensações, um dos alvos do Ministério da Fazenda para atingir as metas fiscais.

Mais de um terço do volume de 2023 se refere a créditos de decisões judiciais. Foram R\$ 82,7 bilhões compensados, o terceiro maior montante desde o início da contagem. Em 2018, eles representavam pouco mais de 5% do total de compensações. Desde 2019, são mais de 20% desse volume - o pico foi em 2021, quando os créditos judiciais chegaram a ser quase metade do total compensado com a Receita. Porém, nos últimos dois anos, tiveram leve queda, entre 5% e 10%. As informações foram antecipadas ontem pelo Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor.

O alto volume das compensações tributárias de ações judiciais foi a principal causa para o governo editar a Medida Provisória 1.202/2023, que limitou o direito à compensação para créditos fiscais oriundos de decisões judiciais a partir de R\$ 10 milhões.

Outra planilha da Receita indica que, só nos últimos cinco anos, os créditos acima de R\$ 10 milhões frustraram a arrecadação em R\$ 320,5 bilhões.

Segundo a Fazenda, só as compensações da "tese do século", a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, custaram mais de R\$ 60 bilhões à União no ano passado. Essa foi uma das principais causas, segundo a equipe econômica, para o déficit de

R\$ 230 bilhões registrado em 2023.

Para este ano, o ministro Fernando Haddad tem a missão de elevar as receitas para atingir a meta de resultado primário zero nas contas públicas. O limite das compensações, de acordo com a Receita, pode gerar um ganho de R\$ 20 bilhões no fluxo a mais em 2024 e auxiliar o governo nesse objetivo.

O limite, porém, ainda não está produzindo resultados. Dados divulgados ontem mostram que, em janeiro deste ano, mesmo com os efeitos da MP, atingiram R\$ 27 bilhões. A Receita avalia, no entanto, que esse impacto será sentido positivamente na arrecadação ao longo do ano.

Ainda que não tenha produzido efeitos em janeiro, a Instituição Fiscal Independente (IFI) projeta que o limite às compensações pode gerar um ganho de arrecadação para o governo de R\$ 26,2 bilhões em 2024, R\$ 40,1 bilhões em 2025, R\$ 55,6 bilhões em 2026 e R\$ 72,6 bilhões em 2027, em valores nominais.

As compensações servem para os contribuintes abaterem dos débitos os créditos que têm com a **Receita Federal**. Eles compensam os **impostos** pagos a mais ou valores obtidos por meio de decisões judiciais com outros **tributos** federais que precisam quitar.

Os dados do Fisco ainda indicam que, em 2023, o número total das compensações foi 11% superior a 2022, quando esse tipo de perda de receita atingiu R\$ 215 bilhões. A rubrica "outros créditos" foi a recordista em 2023, somando R\$ 73,5 bilhões.

Muito possivelmente, indicam os advogados, é nessa categoria que se enquadram os créditos da exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins. A Fazenda diz que não é possível saber qual tributo se refere ao crédito, nem à tese judicial, por que isso não é armazenado "de forma estruturada nos sistemas de informação".

Na comparação com a última década, houve uma disparada anual das compensações: desde 2013, o volume mais do que quadruplicou, tendo em vista que,

dez anos atrás, as compensações somaram R\$ 54 bilhões.

O crescimento expressivo começou a partir de 2019, por conta da "tese do século" e atingiu o piem 2021, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os embargos de declaração no caso e estabeleceu que o ICMS deveria vir destacado na nota fiscal. Teses filhotes também contribuíram para o aumento das compensações, em menor proporção.

Até esse segundo julgamento do Supremo, muitos processos ficaram parados à espera da posição dos ministros, o que explica o pico "tardio", uma vez que o mérito da causa foi julgado em 2017, afirma o tributarista Leandro Augusto, sócio do escritório do AleixoMaia.

Augusto indica, contudo, que, após o pico, o volume dos créditos judiciais, objeto da restrição da MP 1.202, caiu nos últimos dois anos. "Há uma tendência de queda, principalmente quando comparado com a arrecadação", diz. Para ele, isso mostra como o argumento para sustentar a MP é frágil. "Houve aumento das compensações por conta das administrativas e não das judiciais, tanto em números absolutos quanto relativos", acrescenta.

Breno Vasconcelos e Maria Raphaela, sócios do Mannrich e Vasconcelos Advogados, indicam que quando somados todos os temas de PIS/Cofins, os créditos decorrentes de pagamentos dessas contribuições representam, em toda a série histórica, 19,38% do total de compensações gerais e 29% das compensações judiciais.

"Esse dados, somados a análises anteriores, confirmam o diagnóstico dos formuladores da proposta de reforma da tributação sobre o consumo, de que essas contribuições são muito complexas, sujeitando contribuintes a dezenas de regimes especiais e com disputas envolvendo inclusive o aproveitamento de créditos na sistemática não cumulativa [tema, inclusive, que representava o maior contencioso sobre PIS/Cofins das companhias abertas em 2021]", afirmam.

O advogado Fabio Calcini, do escritório Brasil, Salomão e Matthes Advogados, chama a atenção de que a maioria das compensações em 2023 é de **tributos** pagos a mais pelos contribuintes.

Após a rubrica "outros créditos", as de maior valor são de ressarcimento de Cofins e IPI, saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e outros pagamentos indevidos.

Somadas, essas categorias representaram R\$ 128,5

bilhões no ano passado, o que corresponde a 53% do total compensado pelos contribuintes na Receita. "O sistema é falho em vários aspectos e acaba cobrando do contribuinte para depois autorizar a devolução como compensação.

Não é abuso ou fraude do contribuinte, é direito dele receber o que pagou indevidamente", afirma Calcini, também professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187797>

Petrobras discute com Receita uso de créditos de R\$ 22,8 bi

Beatriz Olivon De Brasília

A Petrobras discute com a **Receita Federal**, na esfera administrativa, a compensação de R\$ 22,8 bilhões em créditos de PIS e Cofins.

O valor é referente à "tese do século", a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições sociais.

Apenas parte do montante foi reconhecido pelo órgão.

O caso foi apresentado em Delegacia Regional de Julgamento (DRJ) no dia 5 de abril de 2022.

Ante eventual negativa na DRJ, a empresa ainda poderá recorrer ao **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

A empresa informa em documento enviado à Comissão de Valor Mobiliários (CVM) que a expectativa de perda é "remota" por causa da "robustez" das provas apresentadas nos pedidos de compensação. Ao Valor, a empresa acrescentou que a classificação leva em consideração que o pedido está respaldado em "robusto material probatório".

Sobre eventual aplicação do limite a compensações para valores a partir de R\$ 10 milhões, em vigor desde o dia 5 por determinação da Medida Provisória (MP) nº 1.202, a Petrobras informou que pediu a habilitação perante a **Receita Federal** da integralidade do valor, por entender que os efeitos da norma não alcançam fatos anteriores.

Para advogados ouvidos pelo Valor, a Receita não deveria impor o limite de compensações a valores solicitados antes da edição da medida provisória. Porém, acreditam que o órgão fará isso.

Um dos objetivos da limitação às compensações por decisão judicial era torna mais previsível para a União quanto seria arrecadado por ano - já que, diferentemente dos precatórios, nesse caso não há previsão antecipada de quanto deixará de ser pago em **tributos** em decorrência da compensação por decisão judicial.

A **Receita Federal** estima que pelo menos R\$ 292 bilhões em créditos tributários oriundos da "tese do século" tenham sido utilizados pelas empresas de

2019 a agosto de 2023 para abater **tributos** devidos, reduzindo a arrecadação.

O mérito do tema foi julgado em 2017 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas só em 2021 encerrou o julgamento, estabelecendo um limite temporal para a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins. Muitas empresas discutiam o tema na Justiça e passaram a pedir compensações em decorrência da decisão.

Agora, pelas novas regras de compensação, as empresas terão prazo mínimo de 12 a 60 meses para uso dos créditos tributários, a depender dos valores. O prazo maior vale para créditos a partir de R\$ 500 milhões. Antes não havia limite de tempo.

Em janeiro, o Valor mostrou que a estimativa da **Receita Federal** era de que o limite estabelecido para as compensações tributárias decorrentes de decisão judicial poderia impactar 495 empresas no país, sendo seis delas com créditos acima de R\$ 1 bilhão cada. A Receita não divulgou os nomes das empresas.

Procurada, a **Receita Federal** não deu retorno até o fechamento da edição.

R\$ 292 bi é o valor de créditos da "tese do século"

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187797>

Imposto de Renda: Receita Federal abre nesta quinta-feira consultas a lote residual de restituições

A **Receita Federal** informou que abre nesta quinta-feira (22), a partir das 10h, as consultas a um lote residual de restituições do Imposto de Renda de Pessoa Física 2023, referente ao ano-base 2022, e também relativa a anos anteriores.

Os lotes residuais são os de contribuintes que caíram na malha fina do IR, mas depois regularizaram as pendências.

AS CONSULTAS PODEM SER FEITAS:

na página da Receita na internet;

pelo aplicativo para tablets e smartphones. Ao todo, 208.323 contribuintes receberão R\$ 304,1 milhões em 29 de fevereiro, de acordo com a Receita.

Desses, R\$ 208,9 milhões referem-se a contribuintes com prioridade no recebimento dos valores (idosos, pessoas com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave e aqueles cuja maior fonte de renda seja o magistério).

MALHA FINA

Em setembro do ano passado, a **Receita Federal** informou que 1.366.778 de contribuintes caíram na malha fina do Imposto de Renda 2023, ano-base 2022.

PRINCIPAIS MOTIVOS QUE LEVARAM OS CONTRIBUINTES À MALHA FINA

58,1% - Deduções da base de cálculo, sendo as despesas médicas o principal motivo de retenção (42,3% do total de motivos de retenção).

27,6 % - Omissão de rendimentos sujeitos ao ajuste anual de titulares e dependentes declarados.

10% - Divergências entre os valores de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) entre o que foi informado na Dirf e o que foi declarado pelas pessoas físicas nas DIRPF.

4,3% - Deduções do Imposto devido, recebimento de rendimentos acumulados e divergência entre os

valores declarados de carnê-leão e imposto complementar e os valores efetivamente recolhidos.

Ao realizar consulta às restituições do IR, os contribuintes poderão saber se há alguma pendência em sua declaração que impeça o pagamento da restituição, ou seja, se ele caiu na chamada "malha fina".

Para saber se está no grupo, os contribuintes também podem acessar o "extrato" do Imposto de Renda no site da **Receita Federal**, no chamado e-CAC (Centro Virtual de Atendimento).

Para acessar o extrato do IR, é necessário utilizar o código de acesso gerado na própria página da **Receita Federal** ou certificado digital emitido por autoridade habilitada.

As restituições de declarações que apresentam inconsistência (em situação de malha) são liberadas apenas depois de corrigidas pelo cidadão, ou após o contribuinte apresentar comprovação de que sua declaração está correta.

Site: <https://agazetadoamapa.com.br/wp-content/uploads/2024/02/A-Gazeta-AP-22-02-2024.pdf>

Arrecadação federal tem alta real de 6,67%

DESCONTADA A **INFLAÇÃO** A arrecadação da União com **impostos** e outras receitas teve leve alta, alcançando R\$ 280,63 bilhões em janeiro, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (22) pela **Receita Federal**. O resultado representa aumento real de 6,67%, ou seja, descontada a **inflação**, em valores corrigidos pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em comparação com janeiro de 2023.

É o maior valor para meses de janeiro desde 1995, início da série histórica. Os dados sobre a arrecadação estão disponíveis no site da **Receita Federal**.

Quanto às receitas administradas pelo órgão, o valor arrecadado no mês passado ficou em R\$ 262,87 bilhões, representando acréscimo real de 7,07%.

Os resultados foram influenciados positivamente por alterações na legislação e por pagamentos atípicos tanto em 2023 quanto em 2024, especialmente do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. Segundo a Receita, ambos são importantes indicadores da atividade econômica, sobretudo, do setor produtivo.

As desonerações concedidas no Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/Cofins) sobre combustíveis também impactaram no resultado, nesse caso, para baixo.

A arrecadação do IRPJ e da CSLL somou R\$ 91,7 bilhões em janeiro, com aumento real de 1,24% sobre o mesmo mês de 2023. Contribuindo para melhorar a arrecadação, em janeiro, houve recolhimento extra de R\$ 4,1 bilhões do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) -Rendimentos de Capital, referente à tributação de fundos exclusivos, o que não ocorreu no mesmo mês de 2023. A lei que muda o Imposto de Renda que incide sobre fundos de investimentos fechados e sobre a renda obtida no exterior por meio de offshores foi sancionada em dezembro de 2023.

Com isso, o IRRF- Rendimento de Capital teve arrecadação total de R\$ 14.104 milhões, acréscimo real de 24,41% em relação a janeiro de 2023. A arrecadação sobre a renda de offshores não foi contabilizada pela Receita, já que ainda há prazo para a regularização dos contribuintes.

Valor, é o maior para um mês de janeiro desde o início

da série histórica, em 1995, e foi influenciado por mudanças na legislação

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Desoneração da folha de pagamento segue

Após uma queda de braço entre Executivo e Legislativo, o governo concordou em manter a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e para os municípios. Um acordo político foi construído e o debate sobre o benefício não será feito por Medida Provisória (MP), mas sim por Projeto de Lei (PL), a ser apresentado pelo Palácio do Planalto em breve.

"O presidente Pacheco fez uma proposta para o presidente Lula, que me consultou em relação ao fato de que os projetos que foram deliberados o ano passado pelo Congresso deveriam ser encaminhados em um projeto de lei com urgência constitucional. Então é isso que vamos fazer", declarou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Dessa forma, o PL tratará da reoneração gradual da folha de pagamento e do fim do desconto da contribuição para a **Previdência Social** de prefeituras de pequenos municípios. A MP 1.202 continuará a tratar da revogação em duas etapas do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e da limitação do uso de compensações tributárias por empresas.

No início do mês, o governo aceitou a conversão de parte da MP em PL, após uma reunião com líderes de partidos da base aliada no Senado.

PERSE

Em relação ao Perse, programa de socorro criado durante a pandemia para os setores de turismo e de eventos, Haddad informou que diversas empresas passaram a procurar a **Receita Federal** para regularizar a situação após a divulgação de suspeitas de irregularidades no programa .

"Várias empresas já estão retificando as suas informações e recolhendo os **tributos** que não tinham recolhido. Então só de eu falar aqui com a imprensa de que há irregularidades, já tem gente procurando contadores para fazer a regularização. Regularizar-se também faz parte do jogo", afirmou.

Haddad disse que enviará ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, o resultado da auditoria da **Receita Federal** no Perse o mais rápido possível. O ministro reiterou que o levantamento dos dados do programa foi atrasado pela greve de dois meses dos auditores fiscais da Receita.

"A receita tem a tarefa de esclarecer ao Congresso Nacional. Se precisar de uma ajuda do Tribunal de Contas, como aconteceu na **Reforma Tributária**, vamos pedir ajuda para ver exatamente o que aconteceu. Obviamente, se tem um acordo de R\$ 5 bilhões [de desoneração] que vira quase R\$ 20 bilhões, temos de tomar alguma providência. Porque é um problema muito grave para o país, que não suporta esse tipo de coisa nem o Orçamento comporta", explicou.

Inicialmente orçado em torno de R\$ 5 bilhões, o Perse fez o governo deixar de arrecadar cerca de R\$ 17 bilhões no ano passado. Em setembro de 2023, a **Receita Federal** havia soltado um alerta de irregularidades no programa. (Da redação com Agências)

Obviamente, se tem um acordo de R\$ 5 bilhões que vira quase R\$ 20 bilhões, temos de tomar alguma providência" Fernando Haddad, sobre o Perse

Haddad e Pacheco chegaram em um consenso. Já o Perse continua a ser tratado na MP

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/02/desoneracao-da-folha-de-pagamento-segue.html>

Declaração Anual do MEI

O período de entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), referente ao ano-base 2023, começa no dia 15 de março e vai até 31 de maio. O fim do prazo também marca a data limite para o envio da Declaração Anual do MEI (DASN-Simei), que já pode ser feita desde o início do ano. O documento se refere ao CNPJ dos microempreendedores individuais (MEI) e é obrigatório para que seus rendimentos do ano anterior sejam declarados e a empresa se mantenha regular com a **Receita Federal**. A DASN-Simei não tem relação com a declaração do IRPF, que deve ser feita de forma obrigatória pelo MEI somente em casos específicos: se teve rendimentos tributáveis superiores ao valor de R\$ 28.559,70 no ano anterior; vendeu ou obteve lucro em mais de R\$ 40 mil em ações; ou recebeu rendimentos isentos superiores a R\$ 40 mil e operações sujeitas à incidência do imposto. Nos dois casos, tanto a pessoa física quanto o MEI estão sujeitos a multas, juros e restrições ou impedimentos legais se não enviarem as declarações dentro do prazo. Fazer a DASN-SIMEI de forma antecipada pode facilitar o processo de declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física MEI, quando necessária. Segundo Kályta Caetano, head de contabilidade da plataforma de gestão MaisMei, a principal vantagem está na organização financeira.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impressa/>

Operação Retificadora

A **Receita Federal** iniciou a terceira etapa da Operação Retificadora, que envolve a fiscalização de empresas optantes pelo Simples Nacional. Iniciada com a investigação de retificações de declarações fraudulentas, ela envolveu também uma ampla etapa de incentivo à autorregularização. Para as empresas que não regularizaram voluntariamente sua situação, a Receita atua, agora, em sua fase coercitiva. No primeiro lote de fiscalizações em Minas Gerais, já foram autuadas 34 empresas, além de 12 terem regularizado suas pendências ainda no prazo da diligência (ou seja, em até 20 dias da ciência da intimação). As duas situações representam uma recuperação de mais de R\$ 11 milhões em crédito tributário. Nos próximos dias, a **Receita Federal** em Minas Gerais iniciará a fiscalização de um novo lote de aproximadamente 500 empresas. Em outubro de 2022, a **Receita Federal**, junto com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, deflagrou a Operação Retificadora que visava apurar supostos serviços de "consultoria" a pequenas e médias empresas optantes pelo regime tributário diferenciado denominado Simples Nacional, que resultavam na restituição indevida das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição de Financiamento ao Seguro Social (Cofins).

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

Receita de PIS/ Cofins tem alta de 14,3%

Brasília - Outro destaque da arrecadação de janeiro foi PIS/Pasep e a Cofins que apresentaram, no conjunto, uma arrecadação de R\$ 44 bilhões no mês passado, representando crescimento real de 14,37%. Esse desempenho é explicado pelo bom resultado do setor financeiro e por alterações na legislação do PIS/Cofins, com destaque para a retomada parcial da tributação do setor de combustíveis, cuja base se encontrava desonerada. A Receita Previdenciária teve aumento real de 7,58%, chegando a R\$ 53,9 bilhões. Esse resultado é explicado pelo crescimento real de 2,55% da massa salarial.

Além disso, houve crescimento de 8,07 % nas compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em razão da Lei 13.670/18, que vedou a utilização de créditos tributários para a compensação de débitos de estimativas mensais do IRPJ e da CSLL. Ainda, arrecadação do Simples Nacional cresceu 7,58% em relação a janeiro de 2023, fato que tem influenciado positivamente no recolhimento das contribuições previdenciárias.

Em janeiro, a arrecadação do IRRF - Rendimentos do Trabalho também foi destaque com aumento real de 8,74%, chegando R\$ 23,9 bilhões. Esse resultado se deve à alta no item "Rendimentos do Trabalho Assalariado" (13,75%) combinado com os decréscimos nos itens "Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público" (-37,21%) e "Participação nos Lucros ou Resultados" (-10,20%).

Indicadores - A **Receita Federal** apresentou, também, os principais indicadores macroeconômicos que ajudam a explicar o desempenho da arrecadação no mês. Entre os indicadores, estão a venda de serviços e a produção industrial, que tiveram queda, respectivamente, de 2% e 2,05% em dezembro (fator gerador da arrecadação de janeiro).

Ainda assim, o valor em dólar das importações, vinculado ao desempenho industrial, teve alta de 1,71% em relação a dezembro de 2022. Também houve crescimento de 7,29% da massa salarial, enquanto a venda de bens ficou estável. (Abr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impressa/>

Governo estuda antecipar 13º

VICENTE NUNES *Correspondente*

O Ministério da Fazenda deve bater o martelo nos próximos dias sobre a antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A expectativa é de que o salário extra seja pago em duas parcelas, em maio e em junho, como ocorreu em 2023.

Os mais de 39 milhões de segurados devem receber cerca de R\$ 76 bilhões, o que, na visão do governo, pode dar um gás na economia.

Essa, por sinal, é a principal justificativa da equipe da Fazenda para antecipar o 13º, já que as perspectivas são de desaceleração da atividade ao longo do ano.

Na avaliação do governo, o dinheiro pago a aposentados e pensionistas significa "consumo na veia". Ou seja, vai para satisfazer necessidades básicas. É importante lembrar que, dos mais de 39 milhões de segurados, 26,1 milhões recebem até um salário mínimo. Portanto, qualquer extra vai para a compra de itens de primeira necessidade.

A Fazenda, com a ajuda do Ministério da Previdência, está fazendo os cálculos sobre a antecipação do 13º, uma vez que o controle do caixa pelo Tesouro Nacional neste ano está apertadíssimo, diante do compromisso do governo de zerar o déficit das contas públicas.

Mas o pagamento antecipado do salário extra aos segurados é um compromisso do presidente Lula.

A aposentada Sandra Gonçalves, de 65 anos, está ansiosa para que o **INSS** anuncie logo a antecipação do 13º salário. "Vai ajudar muito. Os aposentados estão contando com isso para acertar as contas", afirma. "Precisamos de uma folga no orçamento. Tudo está muito caro. Não dá para esperar para receber o 13º só no fim do ano", acrescenta.

A mesma opinião é compartilhada pela aposentada Maria da Conceição Silva, 72 anos. "O governo não pode decepcionar os aposentados e pensionistas. Esse pagamento antecipado já se tornou rotina. Não podem mudar as regras agora. Se isso ocorrer, os únicos prejudicados seremos nós", assinala.

INSS convoca aprovados

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) se prepara para convocar novos aprovados no concurso público para técnico do seguro social.

A seleção, realizada em 2022 com mil vagas, tinha previsão de contratar até 3.385 profissionais em dois anos.

Ontem, o instituto publicou no Diário Oficial da União o resultado final na prova objetiva e o resultado provisório na prova discursiva para os profissionais que participaram da segunda turma do curso de formação. O resultado final com os nomes dos convocados para assumir os cargos deverá sair em 6 de março.

Segundo a publicação, os candidatos aprovados na prova do curso de formação poderão ter acesso às avaliações no sistema do Cebraspe, banca organizadora da seleção. É possível entrar com recurso a partir das 10h de hoje. O prazo final é 18h de segunda-feira (26).

O concurso de técnico do seguro social teve 1 milhão de inscritos, recorde para uma seleção do **INSS**.

Os contratados começaram a ser chamados no início de 2023.

Os novos servidores terão jornada de 40 horas semanais, com salário inicial de R\$ 5.905,79. A remuneração corresponde ao valor do vencimento básico de R\$ 712,61, mais a GAE (Gratificação de Atividade Executiva), de R\$ 1.140,18, a GDASS (Gratificação de Desempenho da Atividade do Seguro Social), que poderá chegar a R\$ 3.595, além de auxílio-alimentação de R\$ 458.

O concurso de técnico do seguro social teve 1 milhão de inscritos, recorde para uma seleção do **INSS**.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Tebet apresenta cronograma de revisão de gastos

FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, apresentou o cronograma da revisão de gastos públicos em 2024 em reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na tarde da última quarta-feira.

Trata-se de uma colaboração da pasta para identificar programas menos eficientes que podem ter uma melhor alocação de recursos, com o objetivo de otimizar as prioridades de uso do dinheiro público, e auxiliar na busca da meta fiscal de déficit zero deste ano.

"Apresentamos o cronograma de 2024, o quanto poderemos contribuir na revisão de gastos para o Orçamento brasileiro e, conseqüentemente, para que possamos cumprir a meta zero imposta pelo arcabouço fiscal", disse ele, após a reunião. "Não estamos falando em economia, mas em repriorizar os gastos." Tebet lembrou que há participação de outros ministérios para a revisão dos gastos e citou como exemplo a pasta do Desenvolvimento Social e o pentefino do Bolsa Família, além da colaboração do Ministério da Previdência e o **INSS**.

A ministra disse que no momento oportuno será divulgado um cronograma da revisão e os montantes previstos para 2024 e que há um cardápio de ações possíveis, que foram apresentadas a Haddad.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo vai antecipar R\$ 30 bi em precatórios

Alvaro Gribel alvaro.gribel@oglobo.com.br

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) decidiu antecipar para o mês de fevereiro todo o pagamento de precatórios estimado para este ano. Com isso, cerca de R\$ 30,1 bilhões devem ser injetados na economia, o que ajudará o consumo e, consequentemente, o **PIB**.

Os precatórios são expedidos em cumprimento a sentenças judiciais transitadas em julgado, ou seja, decisões definitivas sem possibilidade de recursos, em processos da União ou de suas entidades (autarquias e fundações federais).

A pasta de Simone Tebet editou uma portaria abrindo crédito suplementar de R\$ 10,7 bilhões para ajustar esse calendário. Tradicionalmente, os precatórios são pagos no mês de julho.

Parte dos precatórios que precisará ser paga este ano já havia sido antecipada para 2023, no valor de R\$ 32,2 bilhões. Agora, o ministério pagará mais R\$ 30,1 bilhões para finalizar o montante do ano de 2024.

"Os R\$ 30,1 bilhões restantes para o pagamento precatórios de 2024 estão previstos na Lei Orçamentária Anual", ressaltou o ministério em nota.

O Planejamento diz ainda que a integralidade dos recursos orçamentários envolvidos já se encontra sob a gestão dos tribunais responsáveis pelos precatórios, para o efetivo pagamento dos valores aos respectivos beneficiários.

Em 2022, ano eleitoral, o governo Jair Bolsonaro estabeleceu um teto para o pagamento dos precatórios, o que foi considerado por muitos especialistas como uma espécie de calote. Pelas contas do Ministério da Fazenda da atual administração, em 2027 haveria um passivo na ordem de R\$ 200 bilhões a ser pago. Por isso, o governo recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para conseguir limpar esse esqueleto sem que isso afetasse as metas de resultado primário.

O governo também espera que a arrecadação venha ainda mais forte, o que poderia evitar contingenciamentos no Orçamento.

DINHEIRO LIBERADO Ministério informou que os recursos já foram repassados aos tribunais responsáveis

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Justiça libera R\$ 21,4 bi para pagamento de precatórios

São Paulo - O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou R\$ 21,4 bilhões para pagar precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs) a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e demais credores.

A liberação reforça planejamento do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de quitar os R\$ 30 bilhões de precatórios inscritos no Orçamento de 2024 ainda no primeiro semestre, até o final de fevereiro. Por lei, essa dívida pode ser paga até o final de cada ano.

Precatórios são dívidas judiciais do governo acima de 60 salários mínimos, o que dá hoje R\$ 84.720 neste ano. Já as RPVs são dívidas menores, de até 60 salários, também pagas em ações na Justiça. Do total, R\$ 20 bilhões são para os precatórios e R\$ 1,4 bilhão para as RPVs.

Segundo o CJF, os R\$ 20 bilhões em precatórios são remanescentes de 2023, quando o governo Lula quitou a dívida deixada pela gestão de Jair Bolsonaro, que aprovou pEc e não pagou os valores devidos.

"Esse valor corresponde ao restante dos precatórios expedidos em 2023, os quais não foram alcançados pela antecipação do pagamento em dezembro passado, com fundamento na decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI 7064)", diz nota do órgão.

Esse total vai beneficiar 5.243 beneficiários, que ganharam 3.689 processos entre ações previdenciárias e cobranças de outros valores, como diferenças salariais de servidores, por exemplo.

No caso das RPVs, estão sendo quitadas ações que chegaram totalmente ao final e tiveram a ordem de pagamento expedida pelo juiz no mês de janeiro. Ao todo, são 95.953 processos, com 118.346 beneficiários, no valor de R\$ 1,4 bilhão.

Desse total, R\$ 1,2 bilhão correspondem a processos previdenciários e assistenciais, como revisões e concessões de aposentadorias, auxílios--doença, pensões e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Serão beneficiados 75.085 segurados que venceram 57.686 ações contra o **INSS**.

O dinheiro liberado pelo CJF é pago a credores como

aposentados do **INSS** e servidores federais em contas abertas pelos tribunais regionais federais (TRFs) em nome dos cidadãos ou seus advogados na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil.

Processamento - A reportagem consultou os cinco TRFs do País, que informaram já ter começado o processamento dos valores, etapa em que são abertas as contas para o pagamento final. O dinheiro deverá estar com cidadãos entre o final deste mês e o início de março.

No Tribunal Regional Federal da 3a Região (TRF-3), que atende os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, o processamento já foi iniciado. A previsão é pagar os credores no início da próxima semana.

Os TRFs que atendem ao Distrito Federal e aos estados do Nordeste devem quitar a dívida até o dia 6 de março. Os demais não informaram a data exata.

O dinheiro é liberado pelo governo ao CJF, conforme o pedido feito pelo órgão da Justiça Federal. Depois, o conselho envia os valores ao TRF responsável pelo processo na região onde o segurado acionou a Justiça contra o **INSS**. Para saber se vai receber, o aposentado deve fazer a consulta no site do TRF de sua região.

Assim que o dinheiro é liberado, ocorre uma fase chamada de processamento, que é a abertura de contas na Caixa Econômica e no Banco do Brasil, e costuma ser finalizada em poucos dias. Quando isso ocorre, a informação é colocada no sistema e o segurado tem acesso a ela ao consultar o site.

A data de pagamento dos precatórios ou RPVs depende de quando o juiz mandou o **INSS** quitar a dívida e de quando ação chegou totalmente ao final. Precatórios liberados até 2 de abril de um ano são pagos no ano seguinte. RPVs são quitadas em até dois meses após a ordem de pagamento do juiz.

As RPVs deste mês foram autuadas em janeiro, tiveram o dinheiro liberado em fevereiro e devem estar na contas dos segurados até março. A consulta à liberação é realizada no site do TRF responsável pelo caso. (Cristiane Gercina/ Folhapress)

"Esse valor corresponde ao restante dos precatórios

expedidos em 2023, os quais não foram alcançados pela antecipação do pagamento em dezembro passado, fundamento na decisão do Supremo"

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impressa/>

Governo antecipa para este mês pagamento de R\$ 30,1 bi em precatórios

ALVARO GRIBEL alvaro.gnbel@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) decidiu antecipar para este mês todo o pagamento de precatórios estimado para este ano. Com isso, cerca de R\$ 30,1 bilhões devem ser injetados na economia, o que ajudará o consumo e, conseqüentemente, o **PIB**.

Os precatórios são expedidos em cumprimento a sentenças judiciais transitadas em julgado, ou seja, decisões definitivas sem possibilidade de recursos, em processos da União ou de suas entidades (autarquias e fundações federais).

A pasta de Simone Tebet editou uma portaria abrindo crédito suplementar de R\$ 10,7 bilhões para ajustar esse calendário. Tradicionalmente, os precatórios são pagos no mês de julho.

Parte dos precatórios que precisará ser paga este ano já havia sido antecipada para 2023, no valor de R\$ 32,2 bilhões. Agora, o ministério pagará mais R\$ 30,1 bilhões para finalizar o montante do ano de 2024.

"Os R\$ 30,1 bilhões restantes para o pagamento precatórios de 2024 estão previstos na Lei Orçamentária Anual", ressaltou a pasta em nota.

O Planejamento diz que a integralidade dos recursos orçamentários envolvidos já se encontra sob a gestão dos tribunais responsáveis pelos precatórios, para o efetivo pagamento aos respectivos beneficiários.

Em 2022, ano eleitoral, o governo Jair Bolsonaro estabeleceu um teto para o pagamento dos precatórios, o que foi considerado por muitos especialistas como uma espécie de calote. Pelas contas do Ministério da Fazenda da atual administração, em 2027 haveria um passivo na ordem de R\$ 200 bilhões a ser pago. Por isso, o governo recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para conseguir limpar esse esqueleto sem que isso afetasse as metas de resultado primário.

Com maior crescimento no início do ano, o governo também espera que a arrecadação venha mais forte, o que poderia evitar contingenciamentos no Orçamento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Justiça libera R\$ 21,4 bi para pagar precatórios do INSS e outros órgãos

AGÊNCIA ESTADO

O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou R\$ 21,4 bilhões para pagar precatórios e RPVs (Requisições de Pequeno Valor) a aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e demais credores.

A liberação reforça planejamento do governo Lula de quitar os R\$ 30 bilhões de precatórios inscritos no Orçamento de 2024 ainda no primeiro semestre, até o final de fevereiro. Por lei, essa dívida pode ser paga até o final de cada ano.

Precatórios são dívidas judiciais do governo acima de 60 salários mínimos, o que dá hoje R\$ 84.720 neste ano. Já as RPVs são dívidas menores, de até 60 salários, também pagas em ações na Justiça. Do total, R\$ 20 bilhões são para os precatórios e R\$ 1,4 bilhão para as RPVs.

Segundo o CJF, os R\$ 20 bilhões em precatórios são remanescentes de 2023, quando o governo Lula quitou a dívida deixada pela gestão de Jair Bolsonaro, que aprovou PEC e não pagou os valores devidos.

"Esse valor corresponde ao restante dos precatórios expedidos em 2023, os quais não foram alcançados pela antecipação do pagamento em dezembro passado, com fundamento na decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI 7064)", diz nota do órgão.

Esse total vai beneficiar 5.243 beneficiários, que ganharam 3.689 processos entre ações previdenciárias e cobranças de outros valores, como diferenças salariais de servidores, por exemplo.

No caso das RPVs, estão sendo quitadas ações que chegaram totalmente ao final e tiveram a ordem de pagamento expedida pelo juiz no mês de janeiro. Ao todo, são 95.953 processos, com 118.346 beneficiários, no valor de R\$ 1,4 bi.

Desse total, R\$ 1,2 bilhão correspondem a processos previdenciários e assistenciais, como revisões e concessões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e BPC (Benefício de Prestação Continuada). Serão beneficiados 75.085 segurados que venceram 57.686 ações contra o **INSS**.

O dinheiro liberado pelo CJF é pago a credores como aposentados do **INSS** e servidores federais em contas abertas pelos TRFs (Tribunais Regionais Federais) em nome dos cidadãos ou seus advogados na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil.

A reportagem consultou os cinco TRFs do país, que informaram já ter começado o processamento dos valores, etapa em que são abertas as contas para o pagamento final. O dinheiro deverá estar com cidadãos entre o final deste mês e o início de março.

No TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), que atende os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, o processamento já foi iniciado. A previsão é pagar os credores no início da próxima semana.

Os TRFs que atendem o Distrito Federal e estados do Nordeste devem quitar a dívida até o dia 6 de março. Os demais não informaram a data exata.

Previdência muda aposentadoria especial na saúde

Após a implementação da Reforma da Previdência, a solicitação de aposentadoria especial para profissionais da saúde apresenta condições diferentes para tais trabalhadores, de acordo com período de trabalho e data de contribuição à previdência.

Enfermeiros, médicos, dentistas e demais profissionais da saúde podem ter o benefício de se aposentarem com tempo reduzido. Este tipo de aposentadoria pode ser contemplada para todos os profissionais que trabalham expostos a agentes nocivos à saúde Para contribuintes até 13/11/2019, vale a regra de 25 anos de atividade especial e 86 pontos (soma da idade, com tempo de trabalho especial e de contribuição). Para segurados após 13/11/2019 vale a regra permanente de 25 anos de atividade especial e 60 anos de idade mínima.

Para André Beschizza, sócio- fundador do André Beschizza Advogados (ABADV), a aposentadoria para profissionais da área de enfermagem é um tópico importante, considerando a dedicação e o impacto desses profissionais na saúde da população.

'É essencial que os enfermeiros compreendam os diferentes aspectos do processo de aposentadoria, mesmo porque ocorreram mudanças após a Reforma da Previdência de 2019, existindo vários tipos de regras de transição para aqueles que começaram a trabalhar antes dessa data', explica o advogado.

CÁLCULO DA APOSENTADORIA ESPECIAL A Reforma da Previdência também alterou o cálculo do valor da aposentadoria especial, que agora possui duas formas de ser realizado. Para o segurado que completou 25 anos de atividade especial até o dia 12/11/2019, o cálculo será o valor total da média dos seus 80% maiores salários de contribuição a partir de julho de 1994 e sem fator previdenciário.

A regra válida após a Reforma determina que o segurado receberá 60% da média de todos os salários de contribuição a partir de julho de 1994 - ou de quando o segurado começou a recolher para o **INSS** - mais 2% para homens a cada ano que ultrapassar 20 anos de contribuição ou o mesmo valor para mulheres a cada ano que ultrapassar 15 anos de contribuição e sem fator previdenciário Beschizza reforça que é importante ficar atento às diversas regras de transição.

'As mudanças podem ser até mesmo mais vantajosas para alguns trabalhadores que estavam próximos de se aposentar em 2019' 'Em alguns casos, o valor da aposentadoria pode ultrapassar os 100% da Renda Mensal Inicial (RMI) ou não incidir o fator previdenciário, a depender da regra de transição que se enquadrar', lembra o advogado.

ALTERAÇÃO NA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL A aposentadoria especial de profissionais de saúde continua sendo tema dos trabalhos legislativos do país. Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1665/22, que assegura aposentadoria especial ao profissional de saúde já beneficiário da previdência que seguir trabalhando.

Em alguns casos, o valor da aposentadoria pode ultrapassar os 100% da Renda Mensal Inicial

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6

Publicado em 23/02/2024 - 07:02
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta sexta-feira (23) a parcela de fevereiro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 6.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 686,10. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 21,06 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,45 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 300 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas

pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em compensação, 240 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,29 milhões de famílias estão na regra de proteção em fevereiro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 372,45.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta sexta-feira às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 6. O valor caiu para R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,5 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-6>

CGU vê consignados do INSS com taxas acima do teto, problemas de transparência e falhas de controle

Por Marcelo Parreira, g1 - Brasília

Entre os principais pontos apontados pela auditoria, cujo relatório foi divulgado na quarta-feira (21), estão os cerca de 20% de empréstimos identificados (em uma amostra de mais de 3 milhões de empréstimos) feitos com taxas acima do teto permitido.

Segundo a CGU, em maio de 2023 -- marco de referência da auditoria -- pelo menos 14,1 milhões de beneficiários possuíam descontos para pagamento de empréstimos consignados, praticamente todos em empréstimo pessoal, somando R\$ 7 bilhões só naquele mês.

O g1 questionou o **INSS** quanto às conclusões do relatório e aguarda resposta.

Os auditores analisaram dez critérios diferentes para verificação da regularidade na autorização dos empréstimos e identificaram problemas em dois deles: benefícios elegíveis aos empréstimos e taxa máxima de juros cobrada no empréstimo pessoal.

Em uma amostra envolvendo 3,1 milhões de contratos ativos de empréstimo pessoal, os auditores identificaram 623,7 mil (20,1%) com taxa de juros calculada superior ao teto previsto -- que variou entre 2,14% e 1,70% no período analisado.

Para a CGU, os problemas tanto podem estar nos registros realizados pelas instituições quanto na verificação pelo **INSS** do atendimento das regras, incluindo taxas de juros indevidas ou incorporação de despesas não permitidas.

Ainda conforme os auditores, as situações relatadas são prejudiciais ao acompanhamento das operações por parte do **INSS**, chegando, em certa medida, a inviabilizar a realização de determinadas verificações, especialmente em relação à observância aos limites estabelecidos para a cobrança de juros.

Na análise, os auditores identificaram que em 2 em cada 3 contratos ativos possuíam problemas na informação sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), um dado necessário para confirmar

se houve cobrança de taxas específicas.

A CGU destacou que em junho do ano passado, durante a realização da auditoria, houve a publicação de novas regras sobre o tema mas mesmo a nova portaria tinha restrições na exigência de informações que facilitassem a verificação da regularidade dos empréstimos.

O relatório também abordou o acompanhamento pelo **INSS** das instituições que realizam os empréstimos, incluindo quanto ao cumprimento das normas e avaliação de reclamações dos beneficiários, entre outros critérios.

Na prática, no entanto, os auditores afirmam que os testes realizados indicam que não foram implementadas rotinas de acompanhamento periódico que contemplassem as responsabilidades expressas nas regras e que não foi implementada pelo **INSS** uma rotina de análise dos dados do e-Consignado, de forma a acompanhar a adequação dos contratos de crédito consignado averbados e dos descontos realizados .

De acordo com o relatório, a falta de informações confiáveis impede o **INSS** de acompanhar, por exemplo, o valor das taxas de juros praticadas em cada contrato, o custo efetivo total das operações e se estão sendo cobradas ou não taxas administrativas proibidas.

Os auditores identificaram problemas também no Painel de Gestão da Consignação de Empréstimos consignados, ferramenta criada para dar transparências às informações mas que, segundo o relatório, apresentam desatualização dos dados e divergências de informações em relação à base de dados.

Quanto à supervisão das instituições que realizam os empréstimos, a constatação foi de que não foi implementada rotina de acompanhamento contínuo em relação às reclamações cadastradas. Em 2022, destacaram os auditores, o crédito consignado foi o terceiro tema em reclamações na plataforma consumidor.gov.br, sendo o assunto com mais

reclamações entre pessoas acima de 60 anos.

A Controladoria-Geral da União analisou também a transparência do **INSS** no tema e concluiu que o órgão não vem observando obrigações normativas referentes à publicação atualizada de informações mínimas exigidas sobre as instituições consignatárias acordantes e informações gerais sobre o crédito consignado.

Entre os dados que não recebem a transparência prevista, segundo os auditores, está a lista atualizada e detalhada das instituições com convênios ativos para realização dos créditos consignados. Durante a auditoria, foram identificadas pelo menos doze instituições com convênio ativo para oferecimento do crédito consignado fora da lista.

Para a CGU, a transparência com a divulgação de mais informações sobre o tema traria benefícios e reduziria riscos para a população.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/02/23/cgu-ve-consignados-do-inss-com-taxas-acima-do-teto-problemas-de-transparencia-e-falhas-de-controle.ghtml>

Pedidos de auxílio-doença por alcoolismo crescem 19% no Brasil

O número de auxílio-doença por alcoolismo cresceu 19,5% em 2023, de acordo com os dados do **INSS**. Pelo menos 4,3 mil benefícios foram concedidos a segurados que estão impossibilitados de trabalhar por conta do vício no álcool.

Segundo os dados do instituto, o número de benefícios deste tipo vem aumentando gradativamente desde a pandemia. No ano de 2020, foram 3,1 mil pedidos concedidos. No ano seguinte, o registro foi de 3,3 mil. Em 2022, o número cresceu para 3,6 mil concessões realizadas.

A mestre e doutoranda em direito pela PUC-SP Carla Benedetti explica que o auxílio-doença é um direito de quem sofre com esse tipo de vício, mas existem etapas de comprovação para que seja feita a concessão do benefício.

"É importante entendermos que existem alguns requisitos para essa concessão. É preciso haver uma rotina desse vício que impossibilite a pessoa de desenvolver suas atividades profissionais, o que claramente configura um prejuízo", explica.

Também há outros benefícios

Dependendo do caso, a advogada previdenciarista explica que há outros benefícios que se enquadram além do auxílio-doença.

"A pessoa que sofre desse transtorno pode, em alguns casos, solicitar BPC (Benefício de Prestação Continuada), que atende idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, e até a Aposentadoria por Invalidez, caso o transtorno se estenda, o que neste caso precisa passar necessariamente pelo auxílio-doença", comenta ela.

Carla finaliza com um alerta importante sobre os dados. "As altas consecutivas levantam um debate para além da **previdência social** e devem ser interpretadas por diferentes setores da sociedade. É provável que a necessidade desse tipo de benefício continue crescendo".

(*) HOMEWORK inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/pedidos-de-auxilio-doenca-por-alcoolismo-crescem-19-no-brasil,8c8aee1413dc0c92e1b3ce91b5bd17583rr7q6aw.html>

Juiz usa nova lei e ordena INSS a pagar pensão a menor órfã por feminicídio

Carlos Madeiro Colunista do UOL 23/02/2024 04h00

A Justiça Federal concedeu a uma criança de 7 anos que vive em Ipubi, no sertão pernambucano, o direito de pensão especial de um salário mínimo (R\$ 1.412 no valor atual) a ser paga pelo **INSS**. A mãe dela foi morta a tiros em 2020 pelo então marido e pai.

A sentença, dada no último domingo (18), teve como base a lei 14.717/2023, sancionada por Lula em 31 de outubro de 2023, que garante o benefício a filhos ou dependentes órfãos em razão do crime de feminicídio e cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo.

Henrique Jorge Dantas da Cruz, juiz federal substituto da 27ª Vara Federal, na sentença

À coluna, a Superintendência Regional do **INSS** no Nordeste informou que ainda não recebeu a intimação referente ao processo e que a Procuradoria-Geral Federal é quem vai avaliar a possibilidade de recurso.

O pai da criança está preso desde o crime e foi condenado pelo assassinato da ex-companheira a uma pena de 34 anos pelo feminicídio e 2 anos e 3 meses pelo porte ilegal de arma.

O pedido de pensão foi feito pela avó materna da criança, que é agricultora e ficou responsável pela guarda após o assassinato da mãe.

Antes de procurar a Justiça, ela fez o pedido de pensão diretamente ao **INSS**, mas teve a solicitação negada porque a mãe não teria feito as contribuições devidas para se tornar segurada do RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**).

Inicialmente, o pedido também foi negado pela Justiça Federal pelo mesmo motivo.

Segundo o advogado da criança, Aracildo Feitoza, a mãe prestava serviço à administração pública, mas recebia um valor menor do que salário mínimo e o empregador não repassava as contribuições para o **INSS**.

Inicialmente, diz, a ação foi proposta para questionar o não repasse das contribuições e para que a família tivesse direito a complementar o valor recolhido - a fim

de viabilizar o direito ao benefício.

Aracildo Feitoza, advogado

Durante o trâmite do processo, os advogados da criança decidiram mudar o pedido de pensão por morte para a pensão especial prevista na nova lei.

Com isso, a Justiça determinou que o **INSS** deve incluir a criança na lista de beneficiários até 15 de março, com pagamento retroativo do benefício de um salário mínimo a 31 de outubro de 2023.

Henrique Jorge Dantas da Cruz, em sentença

A lei, de autoria da deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), foi aprovada pelo Senado no início de outubro. O texto sancionado por Lula em 31 de outubro do ano passado institui pensão especial aos filhos e dependentes menores de 18 anos de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio, cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo.

O benefício, no valor de um salário mínimo, vai ser pago ao conjunto dos filhos e dependentes, mediante solicitação, a partir da data do óbito da mulher, sempre que houver "fundados indícios de materialidade" do crime. Fica vedado ao autor, coautor ou partícipe do crime representar as crianças ou adolescentes.

Caso seja verificado durante o processo judicial, com trânsito em julgado (quando não há mais possibilidade de recorrer), que não houve o crime de feminicídio, o pagamento do benefício cessará imediatamente. O beneficiário, porém, não será obrigado a ressarcir o valor, exceto em caso de má-fé.

*(com informações de Giovanna Galvani, do UOL)

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2024/02/23/pe-justica-ordena-pensao-a-menor-orfa-por-feminicidio-com-base-em-nova-lei.htm>

Reforma tributária beneficiará o DF

Samanta Sallum

O Distrito Federal será a unidade federativa do país mais beneficiada pela **reforma tributária** aprovada no Congresso no ano passado, na avaliação do secretário de Economia do DF, Ney Ferraz. Ele foi o convidado palestrante do encontro do Grupo de Lideranças Empresariais do DF (Lide), que é presidido pelo empresário Paulo Octávio, e contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o governador Ibaneis Rocha (MDB) e a vice-governadora Celina Leão (PP). "Sou muito favorável à reforma. Essa alteração poderá incrementar em R\$ 6 bilhões, por ano, o nosso orçamento futuramente", destacou Ferraz para uma plateia repleta de empreendedores da capital.

Com a reforma do governo federal, o imposto passará a ser recolhido no estado de destino dos produtos, e não mais no de origem, como o DF é grande mercado consumidor, vai arrecadar mais com a mudança de legislação.

Durante a reunião, foram apresentados bons resultados das finanças do governo, que gerou superavit de R\$ 2,6 bilhões, de 2023 para 2024 (veja o quadro).

O governador Ibaneis Rocha comentou o desempenho positivo, e aproveitou para anunciar mais investimentos em infraestrutura para a cidade. De acordo com o chefe do Executivo local, os recursos serão retirados de fonte própria, pelo menos cerca de R\$ 4 bilhões.

"A gente vem mantendo o caixa do DF em dia, para pagar salários sem atraso, para dar reajustes a servidores. Mas temos uma responsabilidade muito forte de manter o equilíbrio das contas. Eu converso com o secretário Ney quase diariamente para tratar dessa questão. Estamos garantindo a capacidade de investimento na cidade. Assim, temos grandes obras em execução que eram esperadas há muito tempo", contou o governador, junto a representantes de entidades empresariais, como Fibra e Fecomércio, parlamentares e autoridades do GDF.

Histórico Presidente do Lide-DF, o empresário e ex-governador Paulo Octávio celebrou a participação do setor produtivo, em conjunto com membros dos poderes Executivo e Legislativo. "Tivemos aqui um encontro histórico, em que foram compartilhadas informações importantíssimas sobre a economia da

nossa capital. Marcamos uma nova fase de interlocução entre o GDF e o setor produtivo. É com esse diálogo que construímos o desenvolvimento de Brasília", destacou. "É importante observar que o DF foi a única a região a conceder reajuste a servidores na casa de dois dígitos. Nossa cidade é de funcionalismo público e isso reflete no aquecimento da nossa economia", avaliou.

Houve questionamento em relação ao aumento de **tributos** como o ICMS, recentemente. O secretário Ney Ferraz justificou que era necessário devido ao "pessimismo" de arrecadação gerado em 2023 diante da queda da alíquota sobre combustíveis e que era necessário compensar o prejuízo. "Tivemos uma redução de R\$ 1 bilhão nesse caso." O deputado federal Rafael Prudente (MDB) apontou que cerca de R\$ 1 bilhão do orçamento do DF veio de uma mobilização da bancada junto à União por emendas. "Somos poucos, 11 parlamentares, mas trabalhamos muito para trazer recursos", afirmou o emedebista.

O senador Izalci Lucas (PSDB/DF) participou do evento, junto a representantes também do Tribunal de Contas do DF.

Receita foi recorde, meta segue em risco - MAIS ECONOMIA

Marta Sfredo

O que o mercado especulava há semanas se confirmou, e com folga: a arrecadação federal de janeiro bateu recorde. Chegou a R\$ 280,64 bilhões, maior valor real (corrigido pela inflação) mensal da série histórica iniciada em 1995. O aumento foi de 6,67%, também descontada a inflação.

A estimativa média era de um valor ao redor de R\$ 277 bilhões.

Parte da cifra foi resultado do início da cobrança de impostos sobre os fundos de investimentos dos super-ricos, e há uma parcela de cobranças que não se repetirá nos próximos meses, as receitas não recorrentes.

Há expectativa de que esse reforço do lado da receita permita um robusto superávit primário no primeiro mês do ano. Mas até os mais otimistas preveem que, em fevereiro, volta o buraco nas contas. Esses dados são acompanhados com lupa no mercado porque vão definir o futuro do arcabouço fiscal, especialmente da meta de déficit zero. As regras fiscais preveem a publicação de um relatório de receitas e despesas a cada dois meses. Caso seja apontado déficit já no primeiro bimestre, será preciso fazer contingenciamento - corte, em bom português - de gastos.

Muitos economistas temem que, ao se concretizarem sinais de buraco no bimestre, o governo decida alterar a meta.

Nesta mesma quinta-feira em que o Tesouro Nacional informou o resultado oficial da arrecadação de janeiro, o Instituto Fiscal Independente (IFI) apresentou seu 85º Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), de fevereiro de 2024. A entidade, que tem atuação técnica, projeta déficit primário de 0,9% do PIB no ano, "portanto, descumprindo a meta fixada pela LDO/2024 de déficit zero, mesmo com a margem de tolerância admitida de déficit de R\$ 28,8 bilhões ou 0,25% do PIB".

Conforme a IFI, "embora a arrecadação com a tributação de fundos de investimentos exclusivos tenha surpreendido positivamente em dezembro de 2023 e janeiro de 2024", é "mais conservadora na

estimativa de arrecadação sobre subvenções econômicas e nos resultados das ações no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A entidade projeta receita de R\$ 130,4 bilhões anuais com novas fontes previstas em leis e medidas provisórias aprovadas, bem abaixo dos R\$ 274,7 bilhões esperados pelo governo federal.

Sigla de Raul Randon terá restaurante e empório em Gramado Será inaugurado no dia 28, em Gramado, a Trattoria e Empório Spaccio RAR, da marca de alimentos criada pelo industrial Raul Anselmo Randon. O espaço terá 300m2 na Rua João Petry, 283. A partir de 4 de março, o novo empreendimento abre as portas para o público.

O restaurante funcionará de segunda a sábado com café da manhã e almoço e, aos domingos, apenas café da manhã. O empório abrirá diariamente. A rede de franquias Spaccio RAR tem sete unidades no Brasil e projeta a abertura de outras 20 até 2025, chegando a 50 lojas em cinco anos.

O estabelecimento fará parte de um projeto gastronômico idealizado pelos empreendedores, em um prédio de mil metros quadrados. No local, vão funcionar mais duas operações de gastronomia, um restaurante francês e um wine bar. Os empreendedores são Carolina Porsch e Carlos Porsch.

No complexo, serão vendidos artigos de luxo, como joalheria e outros produtos exclusivos. No final deste primeiro semestre, todas as operações entrarão em funcionamento, projetam os administradores.

Nova cerveja brinda a 2151 Entre 15 e 17 de março, um evento em Três Coroas celebrará a chegada de 2151, o ano novo tibetano, conhecido como Lozar. Para reforçar as comemorações, uma cervejaria da cidade, a Koisa Nostra, resolveu criar uma nova versão da bebida especialmente para a data.

A cerveja do Lozar será do estilo saison da escola belga: cor dourada, com turbidez, aromas frutados com notas de especiarias, como anis estrelado. A Koisa Nostra, administrada por Bruno Hartel, Eduardo Pacheco de Farias e Cícero Stahl, tem produção mensal ao redor de 8 mil litros. Oferece cerca de 20 tipos de cerveja, que vão desde as tradicionais até as

opções definidas por cada estação. A marca tem bar próprio localizado no Tresco Park, em Três Coroas.

ENTREVISTA: JOÃO PAULO PACÍFICO CEO do Grupo Gaia

"Quanto mais tem, mais imposto tem de pagar "

Depois de fazer carreira e fortuna no mercado financeiro, João Paulo Pacífico se tornou um "CEO ativista", nesse caso um defensor enfático de um capitalismo mais inclusivo e causas sociais. Após vender uma das maiores securitizadoras do mercado, a Gaia, em 2022, criou um fundo patrimonial para investir na redução da desigualdade e na questão climática. No ano em que deve começar o debate sobre a reforma dos **impostos** sobre a renda, a de Pacífico é uma das raras vozes que pedem mais taxaço sobre si mesmas.

Como começou sua trajetória profissional?

Nasci em uma família de classe média, em São Paulo. Meu pai trabalhou como executivo de empresas, e minha mãe sempre teve um lado um pouco empreendedor, muito ligada a questões sociais, duas coisas que me impactaram bastante. Hoje, minha mãe trabalha na ONG Gaia+, meus irmãos também. Fiz faculdade de engenharia, pós-graduação em finanças, fui para o mercado financeiro, por sorte/privilégio, porque homem branco em São Paulo que fez faculdade de Engenharia é mais fácil de ser contratado. Comecei a trabalhar no mercado financeiro em 1999 e trabalhei 10 anos antes de fundar a Gaia, em 2009.

Qual a meta da Gaia?

Abri a empresa porque estava incomodado com a falta de humanidade do mercado financeiro. E como se cada pessoa fosse uma célula em uma planilha Excel. Aperta "delete" e demite. Queria uma empresa mais humana. A Gaia começou em 18 de março de 2009, no meio da crise financeira de 2008. E injusto ter um ambiente de trabalho em que as pessoas sofram, tenham bumout, ansiedade, depressão. Depois, fui aprofundando, vendo o que posso fazer para que a Gaia cause impacto positivo no mundo. Não só para que as pessoas fiquem bem, mas para reduzir a desigualdade, ajudar na questão climática. Aí entrei nos investimentos de impacto, que é investir em coisas que causem impacto positivo na sociedade e no planeta. Vim nessa toada, até que em 2022 vendi tudo e mantive só o negócio de impacto. Agora, estou transformando tudo em uma associação, que vai ser a Gaia Legado.

Como vê a polêmica gerada por sua tese de que quem

tem mais deve pagar mais **impostos**?

O Estado precisa ter recursos, ponto. Para ter SUS, escola pública, e de qualidade. Com isso, a maioria concorda. E quem tem de pagar mais imposto? A pessoa que tem menos ou a pessoa que tem mais? Para mim, é óbvio: quanto mais tem, mais imposto proporcional a pessoa tem de pagar. Ah, 'mas o cara vai tirar o dinheiro do Brasil'. Tenho duas respostas: a primeira é que quem ganha dinheiro no Brasil, e quem tem muito dinheiro, com as taxas de juro, dificilmente vai ganhar dinheiro assim lá fora. A outra é que quem fala assim é chantagista. E aquele menino mimado que é dono da bola e se não fizer gol vai levar para casa. A classe média também paga muito imposto.

Considera factível uma **reforma tributária** com cobrança mais justa de **impostos**?

Os mais ricos sempre vão fazer de tudo para não pagarem mais. Mas acho possível. Já houve mudanças positivas, como a tributação sobre fundos exclusivos. E um caminho. Outra questão a discutir é a da renda básica universal. Todos têm de ter direito a uma renda. Fala-se sobre isso há décadas, porque não vai ter emprego para todo mundo. No mercado, interessa ter desemprego, porque você consegue baixar o custo da mão de obra. Isso é deplorável, mas vamos chegar a uma situação muito pior. Com a inteligência artificial, muito emprego vai deixar de existir. E por isso que renda básica universal é uma necessidade. E vai sair de onde? Vai sair do Estado. E quem vai ter de pagar? Os mais ricos.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240223&edicao=29827>

Mercado deve reagir bem à meta zero, diz Galípolo

»»**Raphael Pati** *Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou, ontem, que o mercado deve reagir de maneira positiva, caso a meta de déficit zero nas contas primárias seja mantida ou apresente mudanças inferiores ao esperado. Esse desafio enfrentado na política fiscal, na avaliação do economista, segue como um problema para o país.

Durante evento organizado pela Câmara Espanhola de Comércio no Brasil, em São Paulo, Galípolo reforçou que, da mesma forma que pode haver uma reação positiva em zerar o déficit, os investidores ainda tendem a reagir positivamente se o déficit primário for menor as estimativas do mercado para o ano, que giram em torno de 0,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O diretor destacou que a arrecadação tem surpreendido de maneira positiva, e expressou estar confiante com a revisão dos gastos públicos, em fase de elaboração pela ministra do Planejamento, Simone Tebet. Ele também reafirmou que a perspectiva de não haver cumprimento da meta de resultado primário "já está relativamente precificada" nos ativos financeiros.

Sobre a condução da política monetária e a perspectiva de mais cortes na Selic, o diretor do BC reiterou que as discussões dos investidores estão mais diretamente relacionadas à previsão de patamar da Selic ao final do ciclo de flexibilização monetária. O Boletim Focus divulgado nesta quinta-feira (22) estima uma Taxa Básica de Juros em 9% no fim de 2024.

Na avaliação de Galípolo, a coerência entre as decisões do Copom e as sinalizações emitidas no **comunicado** contribuíram para a ancoragem das expectativas.

Dessa forma, a volatilidade no mercado também foi reduzida.

O diretor de Política Monetária do BC ressaltou que os impulsos fiscais que ajudaram no desempenho econômico acima das expectativas em 2023 não devem se repetir com a mesma intensidade neste ano, embora permaneçam.

"Do ponto de vista do estímulo que o governo forneceu à economia em 2023, esperase que seja um estímulo menor neste ano. Mas também permanece numa zona de sustentação da economia", destacou Galípolo.

Médio prazo da regra fiscal preocupa mais que meta do ano, afirma Hartung

Anais Fernandes e Victor Rezende De São Paulo

Ancorado em um primeiro bimestre de arrecadação provavelmente forte, mas refratário a contingenciamentos, o governo deve jogar a alteração da meta de resultado primário de 2024 para depois de março. Essa incerteza fiscal de curto prazo, no entanto, preocupa bem menos do que as dúvidas a respeito do que acontecerá com o arcabouço fiscal na segunda metade do governo. Essa é a avaliação de Gabriel Hartung, economista da SPX Capital.

"Minha preocupação não é tão grande em relação a se o fiscal desse ano vai ser exatamente [déficit de] 0,5%, 0,7% do **PIB**, se o governo vai precisar mexer na meta em março ou em maio", afirma. O problema, diz, é que, ao mesmo tempo em que o novo regime fiscal criou limites para as despesas, ele também estabeleceu regras que aumentam os gastos, sobretudo a do reajuste do salário mínimo, que indexa várias outras contas.

"Todas essas regras de reajuste têm um efeito composto, você reajusta o salário mínimo hoje em 2,5%, depois em 2,5% de novo, vai tendo um efeito de composição que torna essa despesa cada vez maior e deixa cada vez menos espaço para o resto. Essa é a grande preocupação. E não é uma preocupação para 2024, é para 2025, 2026", afirma o economista.

"O que o governo vai fazer ao se deparar com esse pouco espaço orçamentário que vai lhe restar no fim do mandato?", questiona Hartung, acrescentando que mexer no arcabouço ao longo do governo "vai ser uma coisa muito grave".

Em entrevista ao Valor, Hartung afirma que, se há algo do tema fiscal embutido na desanco-ragem das expectativas de **inflação**, é mais essa questão de médio prazo, além de dúvidas a respeito da composição futura do Banco Central.

Hartung diz considerar acertada a estratégia do BC de cortar a Selic em ritmo de 0,50 ponto percentual, porque isso permite ir ajustando o grau de restrição da economia em meio a um contexto cheio de incertezas, como o rumo dos juros nos Estados Unidos, os riscos e benefícios representados pela China e o mercado de trabalho apertado no Brasil.

Com projeção de 3,4% para o IPCA em 2024, a SPX tem uma visão mais benigna para a **inflação** desse ano do que a média do mercado. Mesmo assim, Hartung diz que o BC deve encerrar o ciclo de cortes com a Selic ainda no campo restritivo. "O ciclo vai ser a avaliação de quão restritivo será no fim", afirma. Se a **inflação** de 2024 for menor, como a SPX espera, a Selic pode ir um pouco abaixo de 9%, sugere; se o IPCA for acima do projetado pelo mercado, o juro ficará acima disso.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: O ambiente internacional, principalmente para os Estados Unidos e o Federal Reserve (banco central americano), deve influenciar bastante as perspectivas econômicas globais e do Brasil neste ano. Com qual cenário trabalha?

Gabriel Hartung: De fato, é um momento complexo para o Fed, porque há duas forças em direções contrárias no sentido do que ele

deve fazer. De um lado, tem a economia indo muito bem, apesar do aperto de juros. Minha interpretação não é que a política monetária lá não fez efeito, mas teve outra força, até mais forte, da política fiscal extremamente frouxa. A política monetária brigou com a fiscal e, em termos de crescimento, o fiscal foi mais relevante. De outro lado, tem o fato de que o Fed colocou os juros no patamar atual com a **inflação** bem mais alta; a **inflação** caiu muito ao longo do segundo semestre do ano passado e, então, o juro real, de forma passiva, sem que o Fed fizesse mais nada, subiu - inclusive, membros do "board" do Fed têm indicado que subiu mais até do que eles gostariam. Agora, eles precisam fazer, de certa forma, um ajuste, que guarda semelhança grande com o ajuste que o Banco Central do Brasil está fazendo aqui. Eles querem cortar juros não para sair do patamar restritivo para um estimulativo ou neutro. Eles querem só ajeitar o grau de restrição. É esse ciclo que a gente imagina que o Fed vai poder fazer esse ano.

"Emprego no Brasil já foi para o limite de onde dá para ir sem gerar **inflação** hoje"

Valor: E quando esse ciclo de corte de juros por lá começaria?

Hartung: Tem uma dúvida se em maio ou junho. A gente acha que começa em maio, mas é bola dividida ainda. Vai depender dos dados até lá. Provavelmente, o Fed é capaz de cortar esse ano ao redor de 100 pontos-base [1 ponto percentual], 75 pontos-base [0,75 p.p.]. É um corte pequeno. É diferente do que a gente imagina, por exemplo, para a zona do euro. Lá, vemos uma economia em que, além de a **inflação** estar caindo, a política monetária parece estar fazendo efeito sobre a demanda. O nível do **PIB** da zona do euro no terceiro trimestre de 2022 e no quarto trimestre de 2023 é basicamente o mesmo, ou seja, a economia estagnou. Ainda assim, o Banco Central Europeu está cauteloso para começar a queda de juros. Mas a gente acha que, uma vez que ele comece, vai ter espaço para, provavelmente, tirar os juros de um grau restritivo para o neutro ou estimulativo.

Valor: O sr. comparou a situação do Fed com a do BC do Brasil. O que esperam para o ciclo aqui?

Hartung: Confesso que tenho achado acertada a estratégia de seguir nesse passo de cortes de 50 pontos-base [0,50 p.p.], porque permite fazer esse ajuste de diminuir o grau de aperto. Há algumas incertezas grandes, obviamente, sobre até onde isso pode ir. Uma delas é, exatamente, a política monetária americana, até onde vai o Fed, como vai ser o diferencial de juros. Do ponto de vista das contas externas, o Brasil está em uma posição mais confortável do que no passado por causa das exportações muito fortes de petróleo e de produtos agrícolas. Isso ajuda a diminuir a sensibilidade do Brasil ao ciclo lá fora, mas, claro, ele importa.

Valor: E as outras incertezas?

Hartung: Uma segunda incerteza é a China, que tem jogado mais a favor da desinflação do mundo. Eu diria que essa é a variável externa que a gente aqui na SPX mais tem estudado. A China é a segunda economia do globo, está em um ambiente em que o mundo todo estava com **inflação** razoavelmente elevada e ela entrou em deflação, o que é estranho, dado que é uma economia bastante conectada com o mundo, principalmente na parte de bens. Começamos a ver, primeiro, sinais de fraqueza na parte de propriedades e casas, com construtoras tendo problemas, sendo salvas ou falindo. No segundo momento, começamos a ver problemas no que chamamos de "Shadow Banking System" da China, que é a parte não bancária do mercado financeiro chinês. Vimos movimentos de consolidação de empresas importantes. Ao mesmo tempo em que isso ocorre e gera medo de um problema financeiro na China, ela exporta deflação para o mundo. De alguma forma, as empresas chinesas resolveram manter uma produção elevada

mesmo que para vender a preços menores. Isso tem ajudado o Brasil, a parte da **inflação** de bens por aqui foi bastante benigna ao longo do ano passado.

Valor: Como o BC do Brasil fica entre essas incertezas?

Hartung: Nesse ambiente, faz sentido para o BC ir nesse ritmo de cortes de 50 pontos-base. Mas aqui também tem uma briga de forças contraditórias. De um lado, minha interpretação é que o mercado de trabalho no Brasil já está aquecido. Apesar de um provável ganho com a reforma trabalhista, que deve ter feito o desemprego de equilíbrio cair no Brasil, ainda acho que ele já foi para o nível apertado ou, pelo menos, para o limite de onde dá para o mercado de trabalho brasileiro ir sem gerar pressão inflacionária hoje. Por outro lado, tem esse bônus da China exportando deflação de bens e jogando na direção de a **inflação** cair.

Valor: E os riscos do El Nino para a **inflação** de alimentos?

Hartung: Esse é um pedaço altamente incerto. Tipicamente, em anos de El Nino como o atual, a **inflação** de alimentos é mais volátil. Em geral, ela é mais alta, mas isso não ocorre em todos os episódios. O que a gente está vendo agora é, claramente, que o El Nino pegou a parte "in natura" no início do ano e está gerando **inflação**. Mas o efeito do El Nino no "in natura", tipicamente, não faz muita diferença para o BC, porque, normalmente, pressiona a **inflação** no início do ano e gera deflação no segundo semestre. Tem certo "payback". Mas acho que não preocupa tanto, principalmente, porque estamos vendo nos grãos uma queda de preços importante. É, basicamente, uma reavaliação do efeito que o El Nino vai ter na produção agrícola brasileira. Temos uma projeção de **inflação** até um pouco mais benigna do que o mercado para 2024, com 3,4% para o IPCA.

Valor: Esse número tem viés?

Hartung: Achamos razoavelmente balanceado. A parte que incomodou um pouco mais no IPCA de janeiro, porque foi forte, foi a de bens. E somos otimistas, temos IPCA de bens zero neste ano. Mas, olhando os preços de importação dos bens que compõem a cesta do IPCA e o comportamento dos IGPs [Índice Geral de Preços], parece que a tendência da **inflação** de bens ainda é ser fraca, enquanto a tendência de serviços é, de fato, ser mais forte por causa do mercado de trabalho aquecido.

Valor: A **inflação** dos serviços subjacentes [mais ligados ao ciclo econômico] tem surpreendido para cima e é um ponto que o BC tem enfatizado. Isso deve

manter os juros no nível contracionista ou o BC pode cortar um pouco mais?

Hartung: Acho que o nível em que o BC vai acabar o ciclo ainda vai ser restritivo. O ciclo vai ser a avaliação de quão restritivo será no fim. É um ambiente em que imaginamos que a inflação vai continuar caindo nesse ano, mas ainda termina um pouco acima da meta, e as expectativas de inflação no Focus para 2025,2026, provavelmente, vão continuar acima do centro da meta, mesmo que a inflação desse ano seja um pouco mais baixa, porque vai ter sempre uma dúvida sobre o próximo Banco Central. Esse prêmio vai ficar lá, com uma inflação que vai terminar 2024 um pouco acima do centro da meta e uma economia que deve crescer ao redor do potencial.

Valor: O que isso significa?

Hartung: Você olha para a chamada Regra de Taylor, que é como o BC define os juros a partir da atividade e da inflação, e vai fazer sentido para ele que o juro real seja acima do que ele considera neutro, que é 4,5%. Se o Focus continuar em 3,5% para 2025, pensamos no BC imaginando um juro neutro nominal ao redor de 8% no fim do ano. Então, essa Selic vai terminar acima de 8%. A dúvida é quão acima de 8% vai ser. E, aí, obviamente, depende.

Valor: Depende do quê?

Hartung: Se a inflação desse ano for mais baixa como a gente está achando, provavelmente, vai poder cair um pouco abaixo de 9%; senão, se for um pouco acima do que o mercado está esperando, vai ficar para cima de 9%. Acho que, hoje, se olhar para os modelos do Banco Central, ele, provavelmente, tem de taxa terminal algo como 9,25%.

Valor: O sr. mencionou a possibilidade de o mercado continuar com projeções de inflação de longo prazo acima da meta, entre outras coisas, por causa da futura composição do Banco Central. Esse é um temor para vocês no momento?

Hartung: É um ponto de incerteza. Você não sabe ao certo se vai ser um Banco Central que vai ter um "framework" igual ao do BC corrente ou se vai ser um Banco Central que vai, eventualmente, fazer algo diferente e mirar, de repente, uma inflação um pouco acima. É difícil saber. Na melhor das hipóteses, vai ficar igual; ou vai piorar. Na dúvida, as pessoas acabam cobrando um prêmio por isso. É difícil porque esse é um problema que o "board" atual não tem nada a fazer para provar, é uma incerteza que só vai ser resolvida no momento em que a gente souber quem é o novo presidente do Banco Central, ou, mais do que quem será, o que ele quer, o que vai fazer.

" O que o governo vai fazer com pouco espaço orçamentário no fim do mandato?"

Valor: A questão fiscal também tem algum papel na desancoragem da inflação?

Hartung: Há duas discussões fiscais que valem a pena ter. Uma é a da meta [de resultado primário] para este ano, o que vai acontecer com ela. A outra, que também acho que afeta as expectativas [de inflação], é o fiscal mais à frente, para 2025, 2026, o resto desse governo. Na discussão de curto prazo, eu acho que a meta vai acabar sendo alterada, mas não em março, provavelmente, mais à frente. Vimos uma arrecadação forte em janeiro, e o governo, bem ou mal, conseguiu aprovar várias medidas no fim do ano passado que tornam mais duvidoso o resultado primário esperado por eles para esse ano. Acho que eles vão manter uma estimativa forte de receita para 2024, ancorados no fato de que o primeiro bimestre vai ser forte em arrecadação. Nas nossas contas, mesmo considerando essa arrecadação forte e as medidas aprovadas, ainda não conseguiriam cumprir a meta. A gente está até um pouco mais otimista no fiscal desse ano do que o consenso, que tem 0,8% do PIB de déficit; a gente tem 0,5%. Ainda assim, tenho a impressão de que nem isso o governo quer contingenciar, então, provavelmente, a meta vai ser alterada. Mas eu acho que o problema principal do fiscal não é esse. Se tem alguma coisa de incerteza sobre o fiscal nas expectativas, acho que é mais ainda em relação ao médio prazo, aos dois últimos anos de governo.

Valor: Por quê?

Hartung: O arcabouço fiscal que foi criado tem uma fragilidade grande principalmente ao longo do tempo. Ele estabeleceu um novo teto de gastos que permite que a despesa cresça entre 0,6% e 2,5% em termos reais, mas, ao mesmo tempo, o governo criou regras de gastos - a principal delas é o reajuste do salário mínimo - que fazem com que despesas como a da Previdência e outras ligadas ao mínimo cresçam acima do que vai crescer esse teto de gastos, sobretudo na segunda parte do governo. Isso vai comprimir o gasto discricionário [não obrigatório] de uma maneira muito forte. O que o governo vai fazer ao se deparar com esse pouco espaço orçamentário que vai lhe restar no fim do mandato? Vai mexer no arcabouço fiscal? Vai criar exceções, o que jogaria por terra toda a credibilidade do arcabouço? Essa é uma incerteza grande que eu acho que está presente e que é muito mais relevante do que o que exatamente ele vai fazer de fiscal esse ano.

Valor: Qual é o grau de preocupação de vocês com

isso?

Hartung: Minha preocupação não é tão grande em relação a se o fiscal desse ano vai ser exatamente [déficit de] 0,5%, 0,7% do **PIB**, se o governo vai precisar mexer na meta em março ou em maio. Eu diria que eu tenho menos preocupação em relação a isso e tenho muita preocupação em relação ao outro ponto, de mexer no arcabouço fiscal ao longo do governo. Acho que isso vai ser uma coisa muito grave. É verdade que tem muitos países, principalmente países desenvolvidos, que conseguiram ficar em situação fiscal pior que a do Brasil. Mas se você olha os países emergentes que competem com o Brasil por capital do mundo, o Brasil tem a dívida/**PIB** mais alta. Se não tiver um mecanismo que indique que isso vai ser ajustado, que essa dívida vai ser estabilizada ao longo do tempo, aí será um problema muito sério. Então, eu diria que a minha preocupação com o fiscal é essa à frente, o desafio que esse arcabouço fiscal vai ter é na segunda parte do governo, é ali que ele vai ser desafiado. Todas essas regras de reajuste têm um efeito composto, você reajusta o salário mínimo hoje em 2,5%, depois em 2,5% de novo, vai tendo um efeito de composição que toma essa despesa cada vez maior e deixa cada vez menos espaço para o resto. Essa é a grande preocupação. E não é uma preocupação para este ano, é para 2025, 2026.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20240222/>

"Na bolsa, surpresas com lucros pesam mais que ajuste do Fed"

Eduardo Magossi De São Paulo

Lucros muito fortes das empresas americanas e uma temporada de balanços do quarto trimestre sólida têm sido os principais propulsores da bolsa americana mesmo em um cenário macro desafiador, com juros elevados e **inflação** resiliente, o que tem feito o Federal Reserve (Fed, banco central americano) adiar cada vez mais o início do afrouxamento monetário. A avaliação é de Fernando Ferreira, estrategista-chefe do research da XP, para quem um bom exemplo foi a divulgação do forte resultado da Nvidia, acompanhado de um "guidance" acima do esperado.

"Os investidores de bolsa estão olhando os lucros das empresas e eles vêm vindo acima do esperado, o que já fez as bolsas americanas avançarem 5% este ano. Elas sobem pela perspectiva de lucros, dando menos atenção à política monetária", disse ele. Isso tem feito com que muitos estrategistas elevem as projeções para o S P 500 terminar o ano em 5.400 pontos, bastante acima dos patamar atual de 5.000.

"No quarto trimestre de 2023, quase 80% das empresas bateram a expectativa de lucros. Mas o que surpreendeu é que os lucros cresceram cerca de 8% e ficaram 11% acima do esperado no período, ante uma média de 2% a 3%".

O estrategista nota que existe uma divergência grande no mercado.

"Os juros estão elevados, os rendimentos dos Treasuries também, o que seria negativo para as bolsas. Mas, mesmo assim, elas continuam subindo e o impulso vem da dinâmica dos lucros." Apesar do otimismo de alguns estrategistas, Ferreira vê que, ao contrário da Nvidia, o guidance da maioria das empresas está conservador, o que mostra que elas estão preocupadas. "As empresas estão tendo bons resultados, mas não estão inflando as expectativas para este ano. Veja Google e Microsoft, que tiveram resultado acima do esperado, mas "guidances" mais conservadores e viram suas ações caírem. O mercado pode criar expectativas elevadas e acabar se frustrando".

Além disso, a avaliação de Ferreira é que, mesmo se o S P 500 chegar aos 5.400 pontos, a expectativa de retorno futuro é muito baixa. "O múltiplo de entrada do

S P está em 22 vezes o lucro, o que é muito caro. Mesmo extraíndo as sete grandes empresas de tecnologia do índice, o múltiplo fica em 17 vezes o lucro, o que não é nenhuma barganha, principalmente em um cenário de juros a 5,5%", explica.

"O investidor vai pagar caro na bolsa americana com uma expectativa de lucro relativamente baixa, cerca de 5% de acordo com o consenso.

Não é uma combinação construtiva. Por isso, reduzimos nossa exposição nos EUA este ano".

O estrategista não trabalha com um cenário de recessão para os EUA. "Nosso cenário é de pouso suave com risco de "no landing"; ou seja, o Fed ter que manter os juros elevados por um bom tempo sem que a **inflação** volte para a meta", disse. Para ele, o maior risco dos EUA não terem um pouso suave é que o resto do mundo volte a crescer sem que a economia americana desacelere.

"Os EUA estão crescendo muito com o resto do mundo muito fraco.

Reino Unido está em recessão técnica, zona do euro, China e América Latina em desaceleração.

Se essas economias voltarem a se recuperar enquanto os EUA estiverem firmes, isso reduzirá a expectativa de desaceleração americana e jogaria a economia ainda mais para cima", avalia.

Para ele, esse movimento impactaria o cenário de renda fixa mas poderia ser benéfico para as bolsas. "A bolsa americana tem mais de um terço dos lucros feito fora dos EUA. Se o mundo melhora e gestar este cenário de "no landing", a perspectiva de lucros é maior", afirma.

Ferreira acredita que o Brasil pode se beneficiar da desaceleração chinesa. Segundo ele, a bolsa chinesa perdeu US\$ 3 trilhões em investimentos estrangeiros nos últimos três anos. "Isto está fazendo com que os fundos de mercados emergentes ex-China [excluindo China] estejam crescendo bastante, assim como as ETFs de mercados emergentes ex-China. Isso é bom para o Brasil em termos de fluxo", disse ele, explicando que nesses fundos sem China, o Brasil tem um peso maior de 8% ante 5% nos fundos que

incluem a China.

Em recente viagem aos EUA, Ferreira conta que encontrou os investidores um pouco menos otimistas com o Brasil. "Eles levantaram preocupações a respeito do preço do Ibovespa que subiu muito nos últimos meses. E os investidores estão preocupados também com a questão dos **impostos**". "Se o governo precisa atingir déficit zero, cortar gastos, o que resta é subir a arrecadação, o que pode vir por meio de taxaço de dividendos, volta dos juros de capital próprio".

Contudo, o estrategista da XP não vê a saída de US\$ 14 bilhões da B3 este ano como um sinal de preocupação estrutural. "No último trimestre de 2023, mais de US\$ 40 bilhões de investidores estrangeiros entraram na bolsa. Então essa saída é mais realização depois da forte alta dos últimos meses do que uma mudança da visão do Brasil para os estrangeiros", afirma.

"O mercado pode criar expectativas elevadas e acabar se frustrando" Fernando Ferreira

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187797>

"Brasil está em trajetória muito boa e pode surpreender"

Álvaro Campos e Talita Moreira De São Paulo

Jane Fraser está animada com o Brasil. A CEO global do Citi vê o país em trajetória ascendente, com bons fundamentos econômicos e algumas vantagens num mundo em transformação - ser grande produtor de alimentos e de energia limpa, por exemplo.

A executiva, que já foi presidente do banco para a América Latina, afirma que o país aparenta estar, de alguma forma, "subvalorizado" hoje.

"Parece, para mim, que o Brasil pode surpreender para melhor." Fraser também se mostra mais confortável com a situação atual das contas públicas brasileiras que seu antecessor, Michael Corbat.

Numa entrevista no fim de 2018, o executivo disse que o banco poderia reduzir investimentos se o país não avançasse em reformas fiscais. "Estamos genuinamente otimistas, desde que o governo continue o fazendo o que está fazendo", diz a executiva.

A CEO do Citi concedeu entrevista ao Valor na quarta-feira, durante rápida visita ao país, em que esteve com o presidente Lula e o ministro Fernando Haddad em Brasília, depois de passar alguns dias na Argentina e antes de seguir para o México. Leia os principais trechos: Valor: O Citi passa por uma grande reformulação. Sua visita está relacionada a isso?

Jane Fraser: É uma visita normal, eu não vinha há um tempo, era hora de voltar. Não tem a ver com nossa estratégia. É sempre útil estar presencialmente, ouvir, conhecer pessoas, saber o que está acontecendo.

O Brasil está claramente em uma trajetória muito boa. Enquanto no resto do mundo o crescimento está suavizando, vemos aceleração aqui, e fundamentos muito fortes. É interessante vir, falar com clientes, saber do que estão precisando, como estão vendo a situação, como podemos realizar conexões ao redor do mundo. Vemos muitos brasileiros na Ásia, há muito interesse do Oriente Médio no Brasil.

Valor: Essa visão positiva sobre o Brasil vai resultar em mais investimentos para o país?

Fraser: Vamos dar nosso melhor para ajudar a fazer

isso acontecer.

São tempos interessantes, porque os fundamentos econômicos estão muito bons ou melhorando. Fiquei impressionada de ver o avanço real dos salários, do emprego, a Selic caindo, a **inflação** melhorando, a expectativa de um crescimento acelerando gradualmente. Não será um crescimento louco, mas acelerando ao longo do ano. É uma dinâmica diferente da que vemos em muitos países. A Europa está em estagnação, os EUA estão vendo uma suavização, então é um momento interessante para o Brasil.

Em segundo lugar, quando vemos as dinâmicas mudando no mundo, o Brasil tem fortalezas em alimentos, energia, toda a questão verde. E quem não ama o empreendedorismo brasileiro? Há empresas muito interessantes, inovadoras.

É como se, sob alguns aspectos, o Brasil fosse um país subvalorizado no momento. Não por nós, é claro. Globalmente, há tensões entre China e Estados Unidos, eleições em vários lugares. O Brasil parece ser um país que pode passar por tudo isso, não importa como diferentes cenários se desenrolem.

O Brasil tem escala. O México também, e está recebendo atenção em função do "nearshoring" [aproximação das cadeias produtivas do mercado consumidor]. Parece, para mim, que o Brasil pode surpreender para melhor.

Valor: Qual a visão do Citi para a operação brasileira?

Fraser: O Citi se fortaleceu no Brasil, triplicamos os ativos aqui desde a venda da operação de varejo [para o Itaú, em 2017]. Somos o maior banco estrangeiro, líder em custódia, câmbio, multinacionais, ajudando a ligar o Brasil ao mundo e o mundo ao Brasil.

Talvez, no momento, o Brasil seja mais importante para o mundo do que o contrário, e vemos fluxos muito fortes. Não será fácil, mas há grandes oportunidades.

Valor: Como o Brasil pode se beneficiar da transição energética e da agenda ESG?

Fraser: O Brasil é um país com uma agenda sensível e fortes fundamentos.

A capacidade de ser fornecedor de energia verde, apoiar o potencial de industrialização, tanto aqui como sendo fornecedor de energia para outros países, é muito atrativa. Há potencial, mas tudo depende da execução.

Valor: Quais são os principais riscos no cenário global?

Fraser: Quem imaginaria que no ano passado, quando todos pensávamos que as tensões entre EUA e China seriam o maior risco, acabaríamos com uma redução nas tensões? Por outro lado, tivemos Oriente Médio, Rússia, a Europa com períodos desafiadores. O mundo sempre surpreende. Quando olhamos para frente, o Brasil está bem posicionado. Não tem indústrias que podem ser afetadas por pontos de tensão, e sim áreas de que o resto do mundo precisa. E o Brasil pode ser neutro seja como for que as políticas se desenrolem, pelo papel econômico que exerce.

Pode ter relevância cada vez maior.

Claro que é sempre mais fácil na teoria. Os desafios que o resto do mundo tem estão relacionados à queda dos juros. A visão do Citi é que o Federal Reserve vai começar a cortar os juros em junho, a Europa, mais ou menos na mesma época, talvez um pouco depois. De qualquer forma, a Europa está estagnada, os EUA estão vendo uma desaceleração. A China nunca pode ser subestimada, mas também está vivendo períodos desafiadores.

E há eleições em vários países.

Valor: Qual será o papel da operação brasileira após a reestruturação que o Citi atravessa?

Fraser: Iniciamos uma jornada muito pensada, três anos atrás, que começou com a questão sobre qual é nossa visão para o Citi. Isso estava baseado no fato de que somos o melhor parceiro para instituições com necessidades transfronteiriças.

Transacionamos todos os dias, para quase 5 mil empresas multinacionais, US\$ 4 trilhões.

É equivalente ao **PIB** da Alemanha, US\$ 1,4 quadrilhão todos os anos. Isso é uma rede única, com presença em quase cem países e negócios em 160 mercados. O Brasil é o quinto maior dos nossos mercados. Temos EUA, Reino Unido, Cingapura, e depois Brasil e Índia disputando o quarto lugar. O Brasil, com sua escala, é incrivelmente relevante. Os mercados financeiros são relevantes, a indústria é relevante, os recursos de agricultura, segurança alimentar, são cada vez mais importantes. É essencial, não apenas por si

mesmo, mas também porque vemos a influência e o interesse em conectar o Brasil ao mundo e vice-versa.

Quando estou em Hong Kong, Cingapura, China, sempre encontro brasileiros fazendo negócios, buscando financiamento. Quando estou nos Emirados Árabes, em Abu Dhabi, os fundos soberanos de lá são ativos em diferentes setores do Brasil. Não só América ou Europa, muitos dos novos hubs do mundo estão se conectando mais com o Brasil. Por isso vemos uma crescente relevância do Brasil no mundo.

Valor: A decisão de sair do varejo no Brasil foi acertada?

Fraser: O que fizemos foi limpar a mesa, tirando os negócios que não se encaixam no nosso modelo, como as áreas de varejo que vendemos em vários países. Agora, colocamos a estrutura organizacional do banco para se alinhar a essa estratégia.

Quando servimos esse segmento de clientes globais, é mais simples, a gente concentra tudo em plataformas globais, em vez de várias locais. Podemos simplificar a gestão e eliminar camadas.

Estamos eliminando estruturas e processos desnecessários. De alguma forma, é a mesma estratégia que adotamos no Brasil. Quando vendemos o varejo, garantimos que tivéssemos a equipe e a estrutura de gestão que se encaixassem na operação, simplificamos e focamos o modelo de negócios, e aí direcionamos para crescimento e retorno.

Somos o oitavo, nono maior banco no Brasil, e com crescente influência. Boa parte da estratégia do Citi é replicar o que aconteceu no Brasil: modelo de negócio mais focado, modelo organizacional e equipe que se encaixe na estratégia, e maiores retornos.

Valor: A sra. deixou claro que o processo de simplificação exigiria decisões difíceis, como demissões.

O pior já passou?

Fraser: Vamos finalizar a simplificação da estrutura de gestão em março, estamos na fase final. Também queríamos redimensionar alguns hubs, o que já fizemos, com exceção do México. Executamos os desinvestimentos. As reduções estão quase todas prontas. Agora, estamos em um ponto de inflexão. É focar em melhorar o desempenho dos negócios e continuar a investir em tecnologia, dados, exigências regulatórias. Mas é um foco muito mais simples. Espero que as decisões difíceis tenham ficado para trás. Agora trata-se de execução.

Valor: A sra. mencionou a necessidade de investimentos em tecnologia.

Como será o banco do futuro?

Fraser: Todos estão tentando entender o tamanho da revolução trazida pela inteligência artificial.

Há muitos especialistas em IA, mas ninguém sabe dizer exatamente como vai ser. Sabemos algumas coisas. Certamente, os serviços em nuvem serão importantes; provavelmente haverá modelos menores para o setor bancário dentro dos grandes modelos de linguagem (LLM, na sigla em inglês); a IA deve ser usada para ajudar o funcionário humano. Para ajudar a servir os clientes, a IA deve auxiliar a descobrir problemas, encontrar soluções. Ainda assim, a maioria das pessoas gosta de falar com um ser humano. Muito será feito pela tecnologia, mas a relação humana ainda exerce papel importante.

Outro dia ouvi uma metáfora incrível, que diz que a IA deve ser vista como um estagiário: dá ótimas informações, mas não lhe peça para tomar decisões. Ainda não. Certamente será uma revolução, não uma evolução. Mas as funções bancárias essenciais serão as mesmas, só vai mudar como fazemos.

Valor: Um ano após a quebra do Silicon Valley Bank, houve receios com o New York Community Bancorp.

Há riscos sistêmicos na indústria bancária americana?

Fraser: Temos 4,5 mil bancos nos EUA, é muita coisa. A estrutura é montada de forma que, se um tem problemas, trabalha com os reguladores, o problema é resolvido e os depósitos vão para outro banco. Os bancos pagam por si mesmos. Tivemos de pagar quando o Silicon Valley Bank teve problemas, não foi usado dinheiro público.

O decepcionante é que tivemos três bancos em março e abril [de 2023] que não fizeram um bom trabalho para lidar com um ambiente de alta de taxas de juros.

Quando os custos de funding sobem, você precisa fazer hedge para os depósitos. Eles não fizeram isso.

É algo bem básico na gestão de um banco. Mas, de 4,5 mil bancos, três quebraram e dois estão com problemas, não é um número alto. A questão mais notável desses casos é, num mundo digital, quão rápido os depósitos se movem. Não se trata sobre quais lições podem ser aprendidas sobre balanço, mas as que podem ser aprendidas sobre velocidade. Se os depósitos se movem muito mais rápido num mundo digital, como você se protege.

Valor: E como se preparar para esse mundo digital mais veloz?

Fraser: Parte passa por ter os dados, quão rápido você consegue ter os dados disponíveis. Outra parte é ser o mais otimizado possível em áreas mais manuais. Para apertar um botão e toda a informação estar pronta, em vez de ter de sair por aí colhendo, ajustando a informação. Outro ponto é que, para o Citi, é mais fácil. Se olharmos para os depósitos que uma grande multinacional tem conosco, são folha de pagamento, pagamentos de fornecedores, liquidez, e tudo em contas que estão inseridas nos sistemas de TI. São depósitos sólidos. Se fosse só o caixa disponível, isso se move mais rápido.

Então, entender a natureza dos depósitos é algo para o qual todo mundo está olhando com mais atenção. Um fundo hedge pode tirar o dinheiro amanhã, mas para uma multinacional é mais difícil.

Outra questão é que, quando há crise, o dinheiro tende a ir para os bancos grandes, como o Citi.

Valor: O Citi não conseguiu vender sua operação de varejo no México (Banamex) e agora planeja um IPO. Como está esse processo?

Fraser: Tínhamos um processo duplo, de venda ou IPO [oferta inicial de ações, na sigla em inglês].

Decidimos depois que o melhor caminho seria um IPO. Vamos separar o negócio institucional do varejo neste ano, segregar os dois bancos. Se as condições de mercado estiverem adequadas, devemos ter um IPO na segunda metade de 2025. Temos uma operação forte no México. Assim como o Brasil tem dinâmicas fortes, o mesmo acontece com o México. Faremos a mesma estratégia de conectar o México com o mundo e vice-versa.

Valor: Na Argentina a situação é mais complicada...

Fraser: Sim, é mais complicada.

O novo governo tem o diagnóstico correto, entende com o que está lidando e o que precisa ser feito.

Ainda há amplo apoio e vontade de tomar muitas das decisões difíceis que precisam ser tomadas.

Conversei com clientes, há um forte apoio para que desta vez seja diferente.

Certamente é um governo ousado, que está tentando fazer as coisas. Acho que, para o bem de todo mundo, todos querem apoiá-lo.

Sinto que há apoio no Brasil para a Argentina. Todos querem que a Argentina atinja seu potencial. Mas é uma execução muito difícil, e há muitas forças de resistência.

Valor: A sra. está otimista com o Brasil, mas analistas chamam atenção para a questão fiscal...

Fraser: Não é fácil em nenhum lugar. O governo está fazendo um bom trabalho com a responsabilidade fiscal... o ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad tem navegado muito bem o cenário, o câmbio...

ele herdou uma situação econômica bem desafiadora. A responsabilidade fiscal é obviamente essencial. As reservas internacionais estão em posição forte, a **inflação** está caindo, a Selic está caindo.

Não é uma trajetória fácil à frente, mas é possível. Estamos genuinamente otimistas, desde que o governo continue o fazendo o que está fazendo. Com certeza, ele é um ministro de finanças muito capaz.

Valor: A sra. é a primeira e única CEO mulher em um grande banco de Wall Street. Como tem sido a experiência?

E como aumentar a diversidade num banco como o Citi?

Fraser: Não acho que sofri esse tipo de coisa [preconceito]. O Citi é um banco com pessoas de todos os lugares. Há diversidade. Sempre encontrei muito apoio dos CEOs de outros bancos, eles têm sido ótimos. Como todo CEO, quero fazer um bom trabalho. É nisso que estou focada, então tento tirar os ruídos do meu caminho. Meu antecessor [Michael Corbat] fez um trabalho muito bom nisso [diversidade].

Temos líderes mulheres muito fortes. É preciso garantir que as pessoas acreditem que podem fazer. Ajuda quando você trabalha em uma empresa que tem princípios de equidade matrimonial, porque aí você pode focar em fazer um bom trabalho.

"O que fizemos foi limpar a mesa, tirando os negócios que não se encaixam no nosso modelo" Jane Fraser

-

A mais poderosa do setor financeiro

A mulher mais poderosa do setor financeiro está à frente de um grupo com US\$ 2,4 trilhões em ativos, operações em quase cem países e 239 mil funcionários (em dezembro).

Os desafios são tão superlativos quanto. Jane Fraser,

a CEO do Citigroup, vem conduzindo a maior reestruturação no banco em duas décadas - ou simplificação, como a executiva prefere chamar.

O plano contempla a extinção de estruturas e níveis hierárquicos para acelerar a tomada de decisões. Até 2026, serão demitidas 20 mil pessoas, com redução esperada de US\$ 2,5 bilhões em despesas ao ano.

O Citi teve um 2023 ruim e amargou prejuízo de US\$ 1,8 bilhão no quarto trimestre, motivado por questões como custos com a reestruturação, baixas relacionadas à saída da Rússia e desvalorização do peso argentino. Porém, analistas têm dado um voto de confiança ao plano de Fraser. Segundo o "The Wall Street Journal", entre as casas de análise há 13 recomendações de compra para as ações do banco, 12 de manutenção e uma de venda.

Fraser, uma escocesa de 56 anos, está há quase 20 anos no Citi e tornou-se CEO em 2021, no lugar de Michael Corbat. A ascensão da executiva já era esperada, mas causou sensação na época por se tratar da primeira - e única-mulher no topo de um grande banco americano.

A história de Fraser é conhecida, mas, por ser incomum, sempre causa curiosidade. Quando teve filhos, passou alguns anos trabalhando meio período na McKinsey para conciliar emprego e maternidade.

Mais adiante, seu marido, Alberto Piedra, deixou um emprego no setor financeiro para ajudá-la a avançar na carreira. Eles têm dois filhos, hoje jovens adultos.

Nesta semana, o Citi anunciou que elevou a remuneração da CEO em 6% no ano passado, para US\$ 26 milhões, citando o papel de Fraser na reestruturação.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187797>